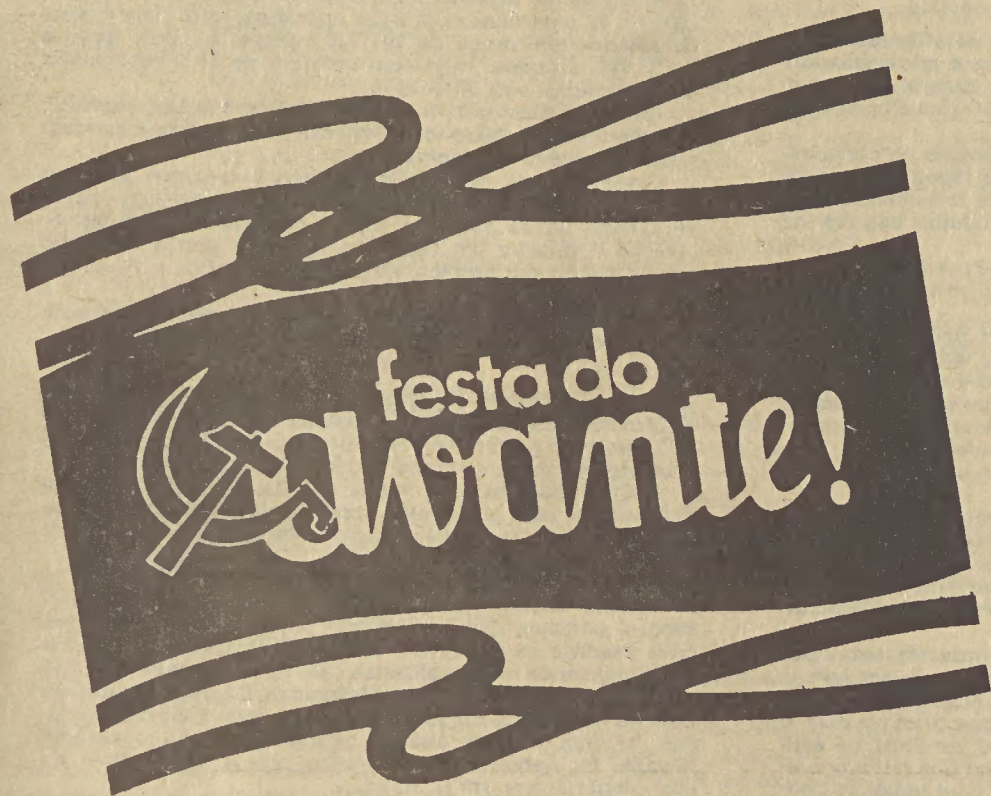




Pág. 6

III BIENAL DE ARTES PLÁSTICAS DA FESTA DO «AVANTE!»

Suplemento
Pág. 15

OS ESPECTÁCULOS



JUDY COLLINS

Uma das maiores intérpretes da música
americana nos palcos do Alto da Ajuda

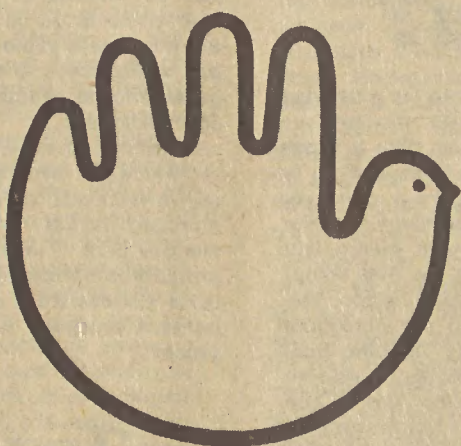
Suplemento
Págs. 6/7

TRABALHADORES EM LUTA CONTRA POLÍTICA DO GOVERNO

Pág. 7

AGRICULTURA PROTESTA CONTRA OS AUMENTOS

Pág. 2



«Dêem
uma oportunidade
à paz»

Terminam-se no Carvalhal os preparativos
para acolher os milhares de jovens que
vão participar no Festival - Pág. 7



MÁRIO SOARES E A DIREITA ABREM A BANCA DO POVO AO CAPITAL MONOPOLISTA

Com o apoio do CDS e do PPD, os deputados do PS aprovaram a autorização legislativa que permite ao governo abrir aos monopolistas a banca e os seguros, as indústrias de cimentos e de adubos. Mário Soares no poder faz aquilo que a «AD» não conseguiu fazer! Os deputados comunistas denunciaram a traição às conquistas do 25 de Abril e votaram contra uma gravíssima medida contrária à democracia e ao povo - Pág. 3



SVĚTOVÉ SHROMAŽDĚNÍ ZA MÍR A ŽIVOT.
PROTI JADERNÉ VALCE
ВСЕМИРНАЯ АССАМБЛЕЯ ЗА МИР И ЖИЗНЬ.
ПРОТИВ ЯДЕРНОЙ ВОЙНЫ
WORLD ASSEMBLY FOR PEACE AND LIFE.
AGAINST NUCLEAR WAR
ASSEMBLEE MONDIALE POUR LA PAIX ET LA VIE.
CONTRE LA GUERRE NUCLEAIRE
ASAMBLEA MUNDIAL POR LA PAZ Y LA VIDA.
CONTRA LA GUERRA NUCLEAR
WELTVERSAMMLUNG FÜR FRIEDEN UND LEBEN.
GEGEN ATOMKRIEG

PRAHA 83

Assembleia Mundial da Paz

UM PROJECTO PARA O FUTURO

Suplemento

SEMANA

29

Quarta-feira



Vadim Zagladine

A Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, após análise da situação político-social, considera que o Governo PS/PSD prosseguiu, nos seus primeiros 20 dias, a política dos executivos da ex-«AD», sendo que as medidas já tomadas aprofundam nalguns casos essa política e visam atingir objectivos que a «AD» não conseguiu. ■ O Governo aprova novas propostas de lei de autorizações legislativas a «submeter imediatamente» à Assembleia da República, quando se sabe que esta vai entrar num longo período de férias, o que obviamente conduz a que o novo executivo regido por Mário Soares/Mota Pinto procure legislar sobre importantes matérias enquanto a AR se encontra fechada. ■ É noticiado que as forças democráticas chilenas estão a preparar uma terceira jornada nacional de protesto contra o regime fascista de Pinochet. ■ Milhares de metalúrgicos e mineiros peruanos iniciam uma greve por tempo indeterminado para obrigarem o governo a reabrir as minas estatais e a tomar medidas contra o desemprego. ■ O dirigente soviético Vadim Zagladine afirma em Paris que a URSS entra em linha de conta com os mísseis nucleares franceses para o equilíbrio leste-oeste porque esses mísseis existem de facto, e como tal têm de ser levados em linha de conta.

30

Quinta-feira



Reagan: o escândalo

A Assembleia da República aprova uma proposta do PS, PSD e ASDI para o prolongamento desta sessão legislativa até ao próximo dia 15, com o evidente objectivo de apenas dar tempo para o debate dos pedidos do Governo de autorização legislativa e da proposta de lei relativa à organização e funcionamento do Conselho da Comunicação Social. ■ Mais de 20 000 trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal exigem, frente à Assembleia da República, medidas que garantam o pagamento de mais de dois milhões de contos de salários em atraso em cerca de cem empresas dos dois distritos. ■ O MNE anuncia que foram libertados em Joanesburgo, na África do Sul, dez cidadãos de nacionalidade portuguesa que se encontravam prisioneiros do bando contra-revolucionário da Unita, que actua em Angola como ponta de lança do regime racista de Pretória. ■ O Comité Central do Partido Comunista Espanhol termina uma reunião preparatória do seu IX Congresso. ■ Uma subcomissão do Congresso norte-americano decide abrir um inquérito oficial quanto à maneira como a comissão eleitoral de Ronald Reagan obteve os documentos reservados de James Carter dias antes do debate decisivo de TV entre os então dois candidatos à presidência dos EUA: a imprensa norte-americana já classifica este caso como o «debategate» de Ronald Reagan.

1

Sexta-feira

O Congresso sobre a língua portuguesa no mundo, que tem estado a decorrer na Faculdade de Letras de Lisboa, aprova uma moção em que recomenda a «todas as instâncias oficiais e particulares portuguesas o máximo empenhamento no apoio ao ensino do Português e à investigação linguística e didáctica nas novas Repúblicas africanas; a moção foi aprovada por representantes de Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil. ■ O Departamento de Justiça dos EUA revela que o FBI abriu um inquérito sobre o aparecimento nas mãos de Ronald Reagan, durante a campanha eleitoral de 1980, de documentos secretos pertencentes a James Carter, então seu rival nas eleições para a presidência. ■ Segundo comentário da agência soviética «Novosti», a cimeira de Moscovo dos países membros do Pacto de Varsóvia recentemente realizada demonstrou existir pleno acordo nos países socialistas para preservar a paz.

2

Sábado



Andreas Papandreu

Discursando na «Festa da Alegria», em Braga, o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal, afirma que «muitos socialistas e muitos que ainda há pouco votaram PSD, estão e estarão ao lado dos comunistas nas lutas que se avizinham». ■ O ministro de Indústria e Tecnologia, prof. Veiga Simão, anuncia na RTP os novos preços dos combustíveis decretados pelo Governo PS/PSD, que, como sempre, desencadearão aumentos generalizados dos preços. ■ Em entrevista, o primeiro-ministro grego Andreas Papandreu afirma que o seu povo diz «não» às bases militares norte-americanas na Grécia, sublinhando que os seus pais quer «relações positivas» e não uma prova de força com os EUA.

3

Domingo

Após uma semana de trabalhos, terminam na Biblioteca Nacional o Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo, que registou a presença de 700 participantes de 25 nacionalidades. ■ Os respectivos órgãos autárquicos dos concelhos de Faro, Barreiro, Torres Novas e Gouveia declararam as suas regiões como zonas desnuclearizadas. ■ O «Pravda» considera que a ligação em órbita próxima da Terra do complexo espacial «Salyut-7» — «Soyuz T-9» — «Cosmos-1443» terá representado o início da primeira cidade cósmica soviética. ■ Com os EUA a dissociarem-se, isoladamente, da declaração final, termina a 6.ª conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Belgrado. ■ Um contingente de 250 pára-quedistas do Zaire chega à capital do Tchad em, apoio às tropas do presidente Hissen Habré, contra as forças do ex-presidente Gukuni Weddeye.

4

Segunda-feira

A CGTP-IN protesta junto do Governo de Mário Soares contra a política seguida pelo executivo PS/PSD que, «em vez de resolver os problemas dos trabalhadores, os agrava e agrava a situação de crise em que o País vive», levando ao mesmo tempo um conjunto de problemas e soluções de carácter urgente para enfrentar a crise; a delegação do executivo, encabeçada por Mário Soares e Mota Pinto, reservou «respostas» para uma futura reunião com os representantes da central sindical portuguesa. ■ O chanceler da RFA, Helmut Kohl, reafirma na sua primeira tomada de posição pública durante a visita oficial que está a efectuar a Moscovo, o alinhamento com as teses de Reagan para a instalação de novos mísseis na Europa Ocidental.

5

Terça-feira

Carlos Brito afirma em S. Bento que a proposta de Lei do Governo para entrega ao capital privado da banca, dos seguros, dos cimentos e dos adubos é comprovadamente inconstitucional. ■ Os trabalhadores alcançam vitórias significativas na CP, transtorno e Carris. Nesta última empresa conseguem novas bases de negociação. Na RN, metro e nos Colectivos do Porto a situação de impasse continua. ■ O Exército Nacional de Libertação do Tchad avança com êxito em direcção à capital do país, N'Djamena. ■ Em visita oficial à URSS, o chanceler da RFA, Helmut Kohl, repete as teses de Reagan a propósito da instalação de novos mísseis de médio alcance na Europa Ocidental.

Editorial

GOVERNO DE RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

No emaranhado dos problemas que na hora actual complicam a vida dos portugueses, um deles, de dupla natureza e íntima ligação, toma vulto e vai assumindo importância dominante na situação nacional: o do Governo PS/PSD, o seu projecto político, a sua prática. O Governo e a sua política são a negação do voto dos portugueses em 25 de Abril. Os factos o estão comprovando.

Que Governo temos hoje à frente do País, qual a sua natureza verdadeira?

Certos comentaristas da área governativa e os cabeças de fila da coligação empenham-se em velar o carácter de classe do actual Executivo chamando-lhe «Governo do Bloco Central» ou «Governo do Centro-esquerda».

É evidentemente um jogo de palavras sem nenhuma relação com os factos. A coligação governante não é de maneira alguma um «Bloco» e ainda menos «Central». É um cacharrote político minado de contradições internas para executar uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, contra as conquistas de Abril.

«Governo de centro-esquerda»? Senhores, não nos façam rir! Qualquer simples cidadão — conhecidos já na sua essência os compromissos selados entre os dois comparas do Governo, verificadas já na prática as escandalosas cedências à direita por parte do PS, vistos já os primeiros passos na sua política — poderia perguntar desde logo: qual deles é o «centro»? qual deles é a «esquerda»? Um absurdo.

Vê-se que «Bloco Central» ou «Centro-esquerda» outra coisa não são senão um rótulo para ocultar o verdadeiro carácter do Governo, sem dúvida um governo de recuperação capitalista alinhado à direita.

Que projecto político tem este Governo, que prática política acusa desde já, a quem aproveitam as medidas já tomadas?

A dupla Soares/Mota Pinto deu já os primeiros «ares da sua graça». E que graça!

No primeiro terço dos «100 dias» de Mário Soares o Governo operou já:

- 1) — A desvalorização do escudo em 12%;
- 2) — O aumento brutal de alguns géneros de primeira necessidade (pão: o de meio quilo de 20 para 28 escudos; leite: de 1750 para 24 escudos; açúcar: de 5150 para 60 escudos);
- 3) — Aumento dos combustíveis (gasolina super de 74 para 83 escudos, normal de 70 para 81; gasóleo de 40 para 46, etc.);
- 4) — Aumento dos adubos em 65%;
- 5) — Aumento das rações para animais em 86%;
- 6) — Anúncio do aumento de 10% nas tarifas da energia, de 30% nos transportes ferroviários e passes sociais, nos telefones.

No plano legislativo, o Governo Soares/Mota Pinto fez ontem aprovar a famigerada e inconstitucional «lei dos sectores» que para já abre à iniciativa privada (leia-se ao grande capital) a banca, os seguros, os cimentos e os adubos, visando a reconstituição dos grandes monopólios.

Simultaneamente Mário Soares prepara-se para fazer os restantes dois terços dos seus «100 dias» de recuperação capitalista amoldando a oposição parlamentar, designadamente do PCP, intimidando os recalcitrantes da sua área política, ameaçando com medidas repressivas o movimento operário e popular.

A desvalorização do escudo, operada com argumentos de «incentivo à economia, ao turismo e à exportação» é na verdade a continuação da ruína política monetarista da ex-«AD» que beneficia principalmente os especuladores do mercado monetário e agrava as tendências fortemente deficitárias das balanças comercial e de pagamentos e principalmente as condições de vida do povo trabalhador.

Na sua expressão social a desvalorização constituiu um novo e sério golpe no salário real dos trabalhadores e nos pequenos rendimentos e remunerações fixas.

Beneficiam com ela os grandes financeiros e especuladores que organizam a fuga de capitais para o estrangeiro, avaliado (por baixo) em 100 milhões de contos por ano.

Em termos económicos pode-se desde já avançar que só pela simples desvalorização do escudo a dívida externa, de mais de 13 100 milhões de dólares, passou à colação actual de cerca de 1300 milhões de contos para cerca de 1600 milhões! O descalabro das nossas reservas de ouro para pagar volumosos empréstimos externos ameaça a solvabilidade financeira do País.

O «incentivo às exportações» é um mito que os números desfazem.

Em primeiro lugar, o défice crónico da nossa Balança Comercial que nos finais de 1982 atingia o montante de 415,6 milhões de contos, sobe automaticamente pelo aumento dos nossos pagamentos em divisas nas importações e pela diminuição correlativa do valor em escudos das exportações.

Em segundo lugar nos nossos produtos exportáveis há uma forte componente de origem estrangeira que pagaremos para já a um preço 12% mais caro e em condições que anulam na prática o benefício eventual do aumento das exportações.

Em terceiro lugar o aumento das exportações portuguesas no mercado mundial capitalista saturado e fortemente batido pela crise e em regressão, nada receptivo às mercadorias de origem estrangeira é uma crença ilusória.

Na verdade, é o grande capital português e estrangeiro, são os grandes financeiros e especuladores, os exclusivos beneficiários da desvalorização do escudo.

A escalada dos preços e do custo de vida resultante dos últimos aumentos atinge dura e principalmente os trabalhadores da cidade e do campo, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios comerciantes.

A média de 20,8% do aumento dos preços no consumidor que o governo da defunta «AD» nos levou nos primeiros quatro meses de 1983 encobria já de si aumentos consideravelmente mais elevados nos produtos básicos da alimentação.

Na realidade, nos cereais e produtos à base dos cereais os aumentos foram de 24,3%, no peixe de 27,5% e na carne de 41,7%.

Os aumentos agora decretados, em particular os aumentos de certos produtos de natureza estratégica como os combustíveis, a energia e os adubos e rações, arrastarão aumentos generalizados no custo de vida e no custo dos factores de produção, agravarão numa escala insuportável as condições de vida dos trabalhadores.

O Governo Soares/Mota Pinto mostra aqui a sua verdadeira cara de classe.

O caso dos combustíveis é particularmente odioso. No momento em que os principais produtores de petróleo da OPEP vêm declarar que o petróleo será mantido ao preço (em baixa) de 29 dólares por barril, o Governo Soares/Mota Pinto aumenta em mais de 11% o preço dos combustíveis.

Nos sectores sociais e actividades mais afectadas por estes aumentos, uma referência especial deve ser feita à situação dos pequenos e médios agricultores que vêem o gasóleo aumentar de 40 para 46 escudos (mesmo com o aumento do subsídio pagário mais 190 por litro), os adubos em 65% e as rações numa escala tal que pode provocar o abate em massa de gado leiteiro com todas as consequências para o mercado abastecedor do leite.

São, por exemplo, completamente justificadas as apreensões dos produtores de tomate de Alvalade, que exigiam antes a revisão do preço de 5500 à produção (nos supermercados vendem-se a 80 escudos!) e agora consideram em absoluto insuficientes os aumentos pedidos.

Quem beneficia de tudo isto? A quem aproveita a escalada dos preços decretados pelo Governo PS/PSD?

É evidente que beneficia os que intentam intensificar a acumulação capitalista à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores.

No momento em que o Governo faz passar na AR a célebre «lei dos sectores» que abre inconstitucionalmente à iniciativa privada a banca, os seguros, os cimentos e os adubos, é aos antigos monopolistas, aos Mellos, aos Espírito Santo e os Champalimaud, aos Bulhosa e quejandos que se quer iniludivelmente beneficiar.

O Governo Soares/Mota Pinto move de facto a guerra contra o mundo do trabalho (o «pacote laboral» aguarda a sua vez) e cinicamente como se fosse ele o atacado pede «trégua» e «paz social».

O cacharrote governante fala com ênfase do diálogo com os «parceiros sociais» mas coloca os trabalhadores e as suas organizações de classe perante «factos consumados».

O Governo de recuperação capitalista alinhado à direita fala na necessidade de um «Pacto Social» mas de facto, como sublinhou Alvaro Cunhal no seu discurso em Braga «do que se trata é de querer que os trabalhadores e os seus sindicados capitulem e assinem a sua própria sentença de morte».

Nacional

Evocação de Manuela Porto

Manuela Porto, que foi grande actriz e se notabilizou como declamadora, que foi escritora de contos e crónicas, encenadora e directora de teatro — Manuela Porto, antifascista e activista dos direitos da mulher, foi ontem lembrada na Sociedade Portuguesa de Autores durante uma sessão evocativa organizada pelo MDM.

Desaparecida em 1950, em 38 curtos anos de vida, Manuela Porto haveria de distinguir-se como uma das grandes figuras da intelectualidade do seu tempo e como firme defensora da igualdade de direitos para a mulher, da democracia e da Paz, com um empenhamento e coragem que a levariam à vice-presidência do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e à Associação Feminina Portuguesa para a Paz.

A sessão evocativa e uma exposição sobre a sua vida e obra realizaram-se ontem à noite na SPA. Sobre Manuela Porto falaram Luís Francisco Rebelo, Helena Neves e uma sua companheira de descobertas e luta: Maria Alda Nogueira. Colaboraram ainda Fernanda Lapa e Gina Santos, dizendo poemas.

Acampamento dos Pioneiros: quem ajuda?

De 17 a 30 deste mês os Pioneiros da região de Lisboa vão fazer o seu VI Acampamento Distrital.

Vai sendo uma tradição, como se vê — basta atentar no número. Novo é que se faça finalmente no Campo de Férias da Foz do Arelho. Embora sem as estruturas definitivas projectadas (que a Câmara das Caldas da Rainha ainda não autorizou), poder dispor, como dizem os Pioneiros, de um Campo de Férias nosso «é já uma coisa muito boa».

Porém, como também lembram, quer com a construção das instalações provisórias quer com a manutenção, «as despesas são muito elevadas, e o que cada um paga não chega para cobrir sequer a sua alimentação».

Daí o apelo que fazem e que nós reproduzimos e sublinhamos:

Vimos junto de vós, que sabemos que são nossos amigos, apelar para a vossa contribuição financeira ou se preferirem para a oferta de géneros alimentares — azeite, óleo, marmelada, queijo, leite (precisamos de 600 litros), batatas, cebolas, alhos, etc., que poderão ser entregues no Centro de Trabalho Solidário Pereira Gomes ou no Centro de Trabalho Vitória, com indicação «Acampamento distrital dos Pioneiros», de preferência até ao dia 9 (o próximo sábado).

Mesmo que isso seja uma pequena privação — e é, agora que os ordenados e salários cada dia chegam para menos — quem é que não pode dar um litro de óleo ou três litros de leite?

Como não somos nem cegos nem surdos e somos solidários, e o melhor do mundo são as crianças...

Terra

Crescem os protestos contra aumentos das rações e adubos

«Uma atitude irreflectida com consequências muito perigosas para a lavoura e para o País», assim classificou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), os recentes aumentos dos preços dos adubos e das rações decretados pelo Governo.

Exigindo a sua «imediata anulação», bem como o «o congelamento dos preços de todos os demais produtos essenciais para a lavoura», a direcção da CNA manifestou por outro lado a sua disponibilidade para a «abertura de negociações» com o Executivo com vista ao necessário «reajustamento dos preços de todos os produtos agrícolas à produção» e ao «combate eficaz ao contrabando de gado e à peripneumonia».

Lembrando que «a lavoura não esperava estes aumentos de preços» dos factores de produção a CNA concluiu que tal agravamento a juntar ao alastramento da doença nos gados — sem que se veja da parte do Governo qualquer medida de combate ao flagelo — terá «como única consequência uma mais rápida asfixia dos agricultores e o estrangulamento da produção agrícola nacional».

Rejeitando qualquer responsabilidade da lavoura nos recentes aumentos de preços, a direcção da CNA chamou a atenção para o facto de «os produtores de leite e dos cereais continuarem a vender os seus produtos ao mesmo preço».

No decorrer da conferência de imprensa em que deram conta destas posições os dirigentes da CNA anunciaram ainda a realização para o próximo mês de Novembro, do III Encontro da Lavoura Assembleia Geral da CNA.

Crescem os protestos

Entretanto, muitas estruturas e organizações representativas de agricultores têm vindo a juntar-se à onda de protestos e a tomar posição contra os aumentos dos adubos e rações.

Em comunicado distribuído aos agricultores, a Aliança das Ligas Agrícolas no Norte repudia energicamente tais aumentos que no caso das rações atingiu os 600 escudos por saco de 50 quilos (mais de 60 por cento de aumento) e nos adubos chegou aos 900 escudos por saco (mais 85 por cento).

Considerando estas medidas como «mais um rude golpe na lavoura», a Aliança das Ligas denuncia por outro aquilo que considera o «desprezo do Governo para com a agricultura» já que aumentou o leite segundo diz, e o pão ao consumidor e não falou sequer na actualização de preços dos produtos agrícolas.

Perante esta situação a Aliança das Ligas considera indispensável que os agricultores se unam e protestem contra tais medidas que, a serem levadas por diante, aproximarão ainda mais da ruína a lavoura.

O Governo Soares/Mota Pinto faz orelhas moucas às reivindicações vitais dos trabalhadores. Nenhuma medida que vá ao encontro dos agudos problemas do mundo do trabalho sai dos despachos ministeriais mas Soares esbraseja por «trégua».

Sá por prolongada e dura luta os trabalhadores têm podido fazer recuar a fria determinação dos governantes.

Sabe-se que mais de 100 000 trabalhadores têm os salários em atraso e nenhuma medida seria do Governo foi ainda tomada para pôr um travão nesta senda de miséria.

Milhões de contos são desviados por este meio, sujas negociações se fazem com o dinheiro não pago aos trabalhadores.

Tomando por média os salários atrasados de 9 empresas têxteis do Norte (entre elas a CIFA) cada um dos 3500 trabalhadores tem a receber 38 500 escudos (num total de 131 mil contos); da Metalurgia da Longra (360 operários, no montante de 16 200 contos) tem cada um deles em atraso 45 000 escudos, os 30 da Interfrio (no total de 2250 contos) têm em atraso 75 000 escudos e nos números globais de 22 empresas com 8425 operários, com uma massa de salários em atraso de 301 500 contos, a média geral é de 35 700 escudos. Hoje sem margem de erro esta média deve ascender aos 50 contos.

Quer isto dizer que, à média de 50 contos por operário, os salários em atraso dos 100 000 trabalhadores rondam pelos 5 milhões de contos.

Cinco milhões de contos que são subtraídos criminalmente à boca de centenas de milhares de portugueses e em muitos casos postos a render nos bancos e na especulação financeira em benefício dos que sob a alegação de «situação económica difícil» jogam com a fome de quem trabalha.

A ameaça de desemprego em massa está subjacente nestas primeiras medidas da coligação governante.

Claro, o Governo de recuperação capitalista alinhado à direita, capitaneado por Soares e Mota Pinto, tem o apoio do grande capital e dos latifundiários, maneja o divisionismo entre os trabalhadores para os subugar.

A CIP, pela boca de Ferraz da Costa, finge que está descontente com o Governo mas está claramente por detrás das medidas anti-operárias e anti-Abril dos actuais governantes.

Ferraz da Costa diz mesmo que se mandasse «alterar o sistema económico, reavaliava o valor das indemnizações, conclua que o OGE não as podia pagar e nesse caso devolvia as empresas, chamava um conjunto de pessoas que foram marginalizadas da vida económica portuguesa, etc.» (está visto, os Mellos, os Champalimaud, os Espírito Santo, os Bulhosa, a quem Mário Soares agradeceu, há dias, a ajuda quando esteve emigrado — poderia também ter agradecido aos Mellos que o «ajudaram» na sua «deportação» em S. Tomé...).

Casqueiro fala contra as medidas agrárias do Governo mas reconhece que «até podem ser boas».

Torres Couto, finge-se muito zangado contra as medidas governamentais mas... pode-se «dialogar», pode-se encerrar o «Pacto Social», negociá-lo, curvar a espinha, etc.

Torna-se cada vez mais claro que a luta e só a luta — a luta firme, organizada e ampla dos trabalhadores e das classes e camadas desfavorecidas — pode travar esta política de agravada exploração de quem trabalha.

Os êxitos já obtidos pelos ferroviários, pela Carris e outros sectores e empresas mostram que não há outro caminho.

Mário Soares e os seus acusam o PCP de desestabilizar a situação, de organizar «cercos à Assembleia», de provocar a perturbação no mundo do trabalho.

É uma acusação gratuita, sem fundamento, que pretende iludir o facto insofismável de que é o Governo e a sua política quem desestabiliza, provoca e perturba a vida dos portugueses.

O PCP insiste que há outras soluções, outra saída, que uma alternativa democrática se impõe e é possível. A mudança que o Povo português exigiu nas últimas eleições não foi operada. O PS traiu essa vontade de mudança e aliou-se à direita.

Torna-se cada vez mais evidente que um tal Governo e uma tal política estão condenados à derrota e ao fracasso e que o Povo português acabará por impor essa alternativa democrática sem a qual nenhuma mudança será possível.

Reforma Agrária prepara 7.ª Conferência

Intensificam-se as reuniões e plenários dos trabalhadores das UCP's/Cooperativas e do sector agrícola privado com vista à eleição dos delegados, à análise da situação presente e à elaboração das propostas a levar à 7.ª Conferência da Reforma Agrária, a decorrer em Évora, nos próximos dias 23 e 24 de Julho.

Nos trabalhos da Conferência participarão 2500 delegados em representação das UCP's/Cooperativas, do sector agrícola privado, agricultores e técnicos e assistirão mais de 500 convidados nacionais e estrangeiros.

Entretanto, estão a ser preparadas excursões em muitas regiões que levarão à Reforma Agrária o abraço fraterno e solidário das gentes das cidades, cuja expressão mais eloquentemente constituirá o comício de encerramento no dia 24, domingo, pelas 15 horas.

PCP

Delegação do PCF em Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal, de 27 de Junho a 1 de Julho, uma delegação de estudo do Partido Comunista Francês.

A delegação do PCF era dirigida por Jean-Paul Magnon, membro do Comité Central e integrava ainda Robert Endewelt, colaborador do CC e Pierre Degary, sindicalista. A delegação teve conversações com uma delegação do PCP dirigida por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do Comité Central e composta ainda por Jerónimo de Sousa, membro do Comité Central e Marques dos Santos, membro da DORL.

A delegação do PCF realizou várias visitas de estudo, contactando diferentes aspectos da realidade do nosso país e tendo tomado conhecimento de diferentes esferas da actividade do PCP, nas organizações de massas.

A delegação do PCF que teve encontros com as Direcções das Organizações Regionais de Leiria e Lisboa e Locais de Alpiarça e Seixal, visitou nomeadamente a Siderurgia Nacional, a metalúrgica Aníbal H. Abrantes na Marinha Grande e as cooperativas Alfredo Dinis e Coopvinhal em Alpiarça.

Esta visita insere-se nas relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCF.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDE, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte, R. Miguel Bombarda, 17B — 4000 Porto. Tel. 652598.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31266.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês De Maio: 48 112

Assembleia da República

Banca e seguros, cimentos e adubos «abertos» pelo PS aos monopolistas

Carlos Brito:

«As nacionalizações são inseparáveis da existência da democracia»

(...) Como é possível que esta proposta seja aqui trazida por um Governo de maioria PS?

Dá a impressão de que estamos caídos num tremendo equívoco. Que estamos diante de uma terrível falsificação de documentos em que as propostas do Governo do primeiro-ministro Sá Carneiro são passadas para a Assembleia com a chancela do Governo do primeiro-ministro Mário Soares. Que estamos perante uma diabólica montagem sonora em que o sr. deputado Condoso fala pela boca do sr. ministro de Estado Almeida Santos, o sr. deputado Silva Marques se ouve pela voz do sr. deputado Roque Lino e só o sr. deputado António Rebelo de Sousa porque mudou de bancada fala pela sua boca e com a sua voz. Não basta para justificar uma tão monumental cambalhota que o sr. ministro Almeida Santos, comente singelamente: «pode mudar-se de opinião».

Mas pode-se mesmo? Assim como o Governo quer fazer por via de uma autorização legislativa, à sucupa, tratando-se de uma questão fundamental de regime?

Não basta, também, que o sr. ministro de Estado proclame para sossegar os inquietos: «Não confundamos este problema com uma questão de regime».

A verdade é que se confundem. Trata-se de um problema tão essencial de regime que se transforma numa questão de regime.

Se se duvida repare-se nesta apreciação: «A expressão "iniciativa privada" esconde o propósito de reconstituição dos antigos grupos monopolistas dominantes e levará a atingir o princípio constitucional da subordinação necessária do poder económico ao poder político».

De quem é a apreciação? É de Mário Soares e não é de 1975, foi proferida em 1980, durante o debate do Programa do VI Governo.

Os burros e razão...

Podem os srs. deputados socialistas passar ligeiramente sobre uma tão grave advertência?

O que aplaudiram ontem com tão enraivecida convicção é hoje tão pouco importante que podem aplaudir exactamente o contrário?

O argumento a que deitou mão um sr. deputado da bancada do PS de que «só burros não mudam de opinião», pode ser usada com legitimidade nestas coisas tão sérias?

Além disso a gente sabe que os burros mudam de opinião. É uma questão de razão. É até por isso que o povo diz que «todo o burro come palha» e preciso é saber dar-lha». É então uma questão de razão. As razões um pouco mais sérias usadas pelos defensores da proposta foram feitas em cacos ao longo do debate, muitas vezes apenas com a invocação de argumentos já aqui usados ou usados noutros lugares por deputados do PS.

(...) Podem os deputados do PS acreditar sinceramente que a abertura ao grande capital da banca, dos seguros, dos cimentos e dos adubos possa de alguma maneira contribuir para a superação da crise económica e financeira.

A nossa experiência e a experiência alheia são muito claras a este respeito. Reentrando nos sectores mais básicos da nossa economia o grande capital não vai investir para desenvolver o País, vai pelo contrário operar friamente contra os interesses da economia e do povo trabalhador por forma a reconstituir os monopólios e os grupos monopolistas com todos os seus privilégios.

Justamente a Assembleia das CT's Bancárias chama a atenção em documento que hoje nos foi distribuído, para «o papel essencial da figura do banqueiro privado, que não era possível bancar para investir os seus próprios capitais, mas sim desviar, em proveito próprio os capitais alheios».

Basta ouvir as exigências de alguns porta-vozes do grande capital na imprensa que lhes é afectada e até aqui na Assembleia da República como hoje aconteceu, para se perceber que não são os projectos de desenvolvimento que os animam, mas aquilo que os preocupa é arrebanhar o mais rapidamente possível tudo o que perderam com a gloriosa Revolução do 25 de Abril e restaurarem o seu pleno poder sem contestação.

Quem não se recorda?

O poder dos monopólios em Portugal conduziu-nos, como sabemos muito bem, ao último lugar da escada europeia em todos os indicadores económicos e sociais fundamentais. O poder dos monopólios representou a miséria, o atraso, a opressão, a ditadura fascista. Foi uma experiência de quase meio século, não precisamos nada de repeti-la, temos que impedi-la, mas é bom recordá-la e sobretudo a partir daqui da Assembleia da República.

As nacionalizações são inseparáveis da existência da democracia. As nacionalizações tornaram-se necessárias para quebrar a resistência dos grupos financeiros ao regime saído do 25 de Abril.

Quem não se recorda da conspiração da maioria silenciosa e de 11 de Março e do papel que nelas desempenharam os monopólios e em especial a grande banca monopolista. Quem não se recorda da sabotagem levada a cabo pela oligarquia financeira contra o regime democrático e exercida sobretudo através da banca, através da sonegação de lucros, através de contas provisórias, de previsões, de amortizações, de sacos azuis; transferência fraudulenta de divisas para o estrangeiro; retenção de divisas em bancos estrangeiros; concessão de grandes montantes a grupos associados e a partidos políticos reacção e operações políticas desestabilizadoras do regime democrático.

É um poder económico assim que se quer reconstituir. É a entrega a esse poder económico da possibilidade de chantajear toda a nossa vida política que se quer estabelecer.

Os srs. deputados do PS acarretem com a grande margem de risco para o regime democrático, as liberdades e os interesses do nosso povo que esta proposta comporta? Aceitam fazê-lo, como o automobilista que fecha os olhos numa manobra perigosa, através de uma autorização legislativa?

O sr. ministro Almeida Santos disse que esta grande viragem do PS à direita estava legitimada pelas eleições. Mas será assim: uma vaga referência nas 100 medidas; uma referência mais explícita no Programa eleitoral, logo desfeita por candidatos e activistas locais que referiam que era só a abertura dos cimentos, tudo isto e só isto será bastante para alegar, como fez o sr. ministro de Estado, que houve um voto favorável à abertura de sectores básicos ao grande capital? É evidente que não. A maneira de argumentar configura um conhecido processo de violentar a vontade do povo e a Constituição.

(...) O PCP votará contra a autorização legislativa que representa a abertura da via da reconstituição dos monopólios, dos grupos monopolistas e por conseguinte a ameaça de restauração do poder económico e político do grande capital associado ao imperialismo — que em Portugal já assumiu a forma de ditadura fascista.

Ao fazê-lo estamos confiantes na luta popular e será esta que em última análise decidirá se vai haver empresas privadas na banca, nos seguros, nos cimentos e nos adubos.

Outros com muito poder tentaram no passado e não o conseguiram.

Tudo faremos para que este Governo e esta coligação não o consigam também, pois é esse o interesse do nosso povo e do nosso país.

Em menos de uma semana, a questão já velha da delimitação dos sectores da economia foi debatida no parlamento por três vezes. Finalmente, depois de várias tentativas da «AD» para abrir a banca aos monopolistas permitindo-lhes reconstituir as bases do antigo império sobre a economia do País, este Governo — do PS com a «AD» dentro — obteve autorização da Assembleia para legislar sobre a questão. Não sem que tenha sido obrigado a um debate a que gostaria de esquivar-se.

Optando pela via da autorização legislativa, a fim de furtar-se à explicação de longas razões e de sossegadamente elaborar a lei, o Governo não conseguiu arrancar sossegadamente essa autorização à Assembleia. Não que a maioria dos partidos — PS, PPD, CDS — pensassem criar algum problema. Mas porque o PCP defendeu palmo-a-palmo os seus direitos em opor-se à operação.

Além disso, para que a AR pudesse ter discutido e votado a autorização legislativa da delimitação de sectores — um vasto pacote de autorizações aguarda — foi necessário ao Governo e à maioria que fossem prorrogados os trabalhos parlamentares. Até 15 de Julho. Por enquanto. Tem havido prolongamentos aos bochechos. O projecto de resolução dos comunistas, que prorrogava até 30 do corrente os trabalhos, para, expressamente, serem debatidos os pedidos de autorização governamentais e, ainda, os projectos de lei de deputados, nomeadamente os que se referem à garantia do pagamento dos salários em atraso, à extracção e comercialização da cortiça e à criação do município de Vizela, foi rejeitada por toda a direita — PS, ASDI, PPD, CDS.

As «rolhas» do PS

A primeira fase deste debate sobre a delimitação dos sectores, que terminou anteontem, iniciou-se pela discussão da impugnação que o PCP interpôs à admissibilidade da proposta governamental. E logo ali, através das intervenções dos vários deputados e da postura de cada grupo, mais uma vez se verificou a característica mais original desta maioria e do seu executivo: é agora o PS quem avança, no Governo, com os velhos projectos da direita. Não se cansam sequer os outros grupos a espiolar argumentos. Dando o dito por não dito, com uma desfaçatez enorme — que não falta de memória —, os deputados do PS e os ministros do PS dão o dito por não dito.

Para o facto chamou a atenção o deputado do PCP, José Magalhães, a quem coube adiantar as razões dos comunistas sobre a impugnação:

Onde está agora nos textos se via a assinatura dos pais-fundadores da «AD», está agora a assinatura bem visível

vel do Primeiro-Ministro Mário Soares e do seu vice-Primeiro-Ministro. Onde o PS protestava e a «AD» aplaudia, hoje o PS faz tudo para calar protestos e aplaude tudo, sob o olhar embevecido e vigilante e um pouco mordaz do CDS e do PSD.

Quanto às razões da impugnação, José Magalhães afirmou: O PS pediu uma autorização que expropria a AR do exercício pleno das suas competências e não anexou sequer o articulado que pretende emanar, violando assim uma velhíssima regra parlamentar que tanto invocou nos tempos em que não tinha nenhum ministro ali sentado.

Acusando o PS de ter escolhido a via da autorização legislativa como forma de precaver o futuro diploma contra uma eventual emissão de juízo de inconstitucionalidade, o deputado comunista denunciou a pretensão governamental de «ganhar tempo», «sem o parlamento à perna», para concluir com o grande capital o negócio dos preciosos termos da abertura, formalizada em Conselho de Ministros e, calmamente, escolher o momento politicamente mais favorável para fazê-lo passar pelo crivo do Tribunal Constitucional.

Mais adiante, José Magalhães, sublinhou o facto de o Governo ainda sem investidura parlamentar, ter mesmo assim apresentado a célebre proposta de autorização. Tal era a pressa. Nem sequer fora a mesma aprovada em Conselho de Ministros!

Depois salientou que as barreiras constitucionais sobre a irreversibilidade das nacionalizações continuam a existir, sendo vedadas à iniciativa privada os sectores básicos da economia. E citou uma frase de Almeida Santos (de 1980): «Se perguntarmos a qualquer pessoa, seja um português ou um esquimó, quais os sectores mais indiscutivelmente básicos, a resposta incluirá sempre o sector bancário e segurador».

Almeida Santos, sentado agora na bancada do Governo, a três anos de distância, tinha o ar de esquimó pouco fresco. José Magalhães recordou, a seguir, as «rolhas argumentativas» que o mesmo Almeida Santos escolhe agora para se «justificar»: Que a inconstitucionalidade então alegada não era um axioma; que agora é que havia um «juízo de certeza»; que antes apenas emitira «prejuízos de probabilidade».

A urgência

Para quê lembrar seja o que for a quem usa como máximo galardão a sua capacidade de dizer e desdizer?, perguntava o deputado Veiga de Oliveira, da direcção do grupo parlamentar do PCP, na intervenção que proferiu durante o debate sobre o processo de urgência que o Governo solicitou para apreciação da autori-

zação legislativa. No dia anterior, a impugnação interposta pelo PCP fora rejeitada pelos votos do PS, do PSD, do CDS e da ASDI. O processo de urgência foi concedido com os votos contrários do PCP, do MDP e do deputado de «Os Verdes».

Para nós, não pode ter urgência, nunca terá urgência uma proposta que, por sobre ser inconstitucional, visa expropriar esta Assembleia dos seus poderes legislativos em matéria de importância essencial para a defesa do regime democrático.

Durante os últimos dias, a bancada do PCP muitos discursos e documentos do Partido Socialista citou. Debalde. Almeida Santos fez mesmo questão de se mostrar à vontade desdizendo-se.

Mas a urgência fez-se. Anteontem, após interregno de um dia em que foi debatida a proposta de lei — também urgente! — do Governo sobre a criação do Conselho da Comunicação Social e que mereceu da parte do PCP uma extensa lista de propostas de substituição, eliminação e emendas ao seu articulado, defendidas essas propostas pelo deputado Jorge Lemos, o parlamento voltou, pela terceira vez, ao debate sobre a delimitação de sectores.

João Leicastre, do CDS, o primeiro a tomar a palavra, fê-lo para considerar insuficiente a proposta governamental. Ao CDS «não lhe chega; quer tudo», afirmou Ilda Figueiredo, uma de entre os deputados comunistas que mais participaram no debate, como Carlos Carvalhal e Octávio Teixeira.

Não há quaisquer razões sérias que façam admitir que a banca privada traria novos projectos de investimento. Antes pelo contrário, acentuou Octávio Teixeira na sua intervenção, contrariando a ideia que a maioria procurava deixar a pairar, de que a abertura dos sectores ao capital privado não só não continha perigos como seria um bem para todos.

António Rebelo de Sousa — o homem que muda de partidos mas conserva as mesmas ideias, como o classificou Carlos Brito aludindo à passagem deste deputado pelo PPD e pelos Reformadores — saiu à liça, pelo PS, para defender a «abertura». O PS não avançava assim com os deputados que antes tinham defendido nas suas filiares posições agora abandonadas. Pelo PSD, foi Salgueiro a fazer o brilhante, aplaudido por toda a «maioria» do CDS ao PS, como quem faz a síntese da filosofia que une hoje os socialistas aos partidos da direita.

A «abertura» vai ser feita por via legislativa. Mas como afirmou Carlos Brito, será a luta popular que, em última análise, decidirá se vai haver empresas privadas na banca, nos seguros, nos cimentos e nos adubos.

Nacional

Soares foi ao Porto — e não viu o povo!

No passado dia 1 de Julho, Mário Soares esteve no Porto acompanhado de grande número de ministros.

No Governo Civil onde procedeu à instalação simbólica de algumas secretarias de Estado, delegações de sindicatos, de empresas, organizações de reformados, deficientes, mulheres, da região do Porto tentaram em vão apresentar-lhe pessoalmente os problemas com que se defrontam. Mário Soares não pôde receber os trabalhadores pelo que foram entregues aos seus assessores vários documentos.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, apresentou, por exemplo, a situação dos cerca de 3500 trabalhadores de 12 das maiores empresas do sector a quem o patronato deve mais de 150 mil contos de salários e outras prestações pecuniárias. Refere ainda o Sindicato dos Metalúrgicos vários exemplos de repressão aos direitos dos trabalhadores e o bloqueio por parte das Associações patronais à revisão do seu Contrato Colectivo de Trabalho.

A União dos Sindicatos do Porto, por sua vez descreve a difícil situação social no distrito, começando por aludir aos acontecimentos do 1.º de Maio de 1982 e à reclamação tantas vezes feita da dissolução da Polícia de Intervenção, do apuramento e punição dos responsáveis e culpados. O caso da CIFA que a USP classifica de «escandaloso e indigno de um país democrático» e de várias outras empresas, bem como as conclusões do Encontro do Sector Público e Nacionalizado do distrito do Porto que dão conta da determinação dos trabalhadores da Banca, Seguros, Petrol, Siderurgia Nacional, EDP, TLP, CTM de defender a manutenção integral daquelas empresas dentro do sector público e nacionalizado, foram outras das questões abordadas pela USP.

Em documento também dirigido ao Primeiro-Ministro, o Sindicato dos Bancários do Norte manifestou a sua preocupação pelas intenções do governo de alterar a lei de delimitação dos sectores, abrindo a banca à iniciativa privada: «a medida anunciada porá inevitavelmente em risco os postos de trabalho, entregando ao grande capital um sector que (...) tem demonstrado capacidade e potencialidades para cumprir o seu papel no contexto da economia nacional».

Delegações do MURPI, da Associação de Deficientes, da Comissão Coordenadora das CT's, dos Sindicatos da Construção Civil, Têxteis, Vestuário, Químicos, Transportes, Gráficos, Cerâmicos, representantes das Comissões Unitárias de Mulheres do MDM, trabalhadores da CIFA, Siderurgia Nacional, Fábrica de Fogões «Leão», Equimetal, EFI, Jotocar, Eurofer, Sundelete, Fibra Comercial Lusitana, Cerâmica Valadares, CP Esmaltal, Calandra do Bonfim, Malhas Tentativa, Salvador Caetano, Soares da Costa, Mabor, Vilar, Secca, Têxtil de S. Caetano, Têxtil da Maia, em Pingão de Crestuma, Interpor, Sedas Silva, moradores da Sé vítimas de despejos e desalojados apresentaram também as suas reivindicações.

Depois da sua passagem pelo Governo Civil, Mário Soares, rodeado de aparatoso cortejo policial, dirigiu-se em passeio para a Câmara Municipal do Porto. Foi então fortemente apupado pelos inúmeros populares que aquela hora circulavam na Baixa. Os recentes aumentos dos produtos de primeira necessidade constituíram o refrão principal dos protestos da população.

Bem pode Mário Soares contrariar-se com os aplausos silenciosos que lhe teriam sido dedicados e que obviamente ninguém ouviu, bem pode tecer ameaças à «arruaça organizada»; a verdade nua e crua é que o Povo não tem casa, que não recebe salários, que vive cada vez pior, não quer continuar a carregar sozinho com o preço da crise, não vai ficar parado e calado...

Poder local

Água — aumentos injustificados no Cartaxo

A Comissão Coordenadora da APU do Cartaxo denuncia num comunicado os aumentos da água aprovados na Assembleia Municipal do Cartaxo por proposta da Câmara PS: «aumentos que ultrapassam os cem por cento e que atingem em maior grau os estratos mais numerosos e desfavorecidos da população» e que, por outro lado, o aumento de encargos e despesas dos serviços não justifica. Na verdade, afirma a APU do Cartaxo — que apresentara uma contraproposta de aumento de 44 por cento — «depois de um estudo criterioso verifica-se que o aumento excede em muito o necessário para cobrir o défice existente nos serviços municipalizados», que no Cartaxo exploram aquele serviço.

Água — Aumentos impostos pelo Governo em V. Franca

Diferentemente do Cartaxo, a Vila Franca de Xira como a todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa é a EPAL que os abastece de água — e foi o Governo que mais uma vez este ano, por portaria de 5 de Março, determinou o aumento das tarifas sem qualquer consulta prévia aos municípios.

Desde então, protestos dos municípios, reuniões com a EPAL, reuniões com Direcções Gerais do Ministério da Indústria, do MAI e com a Secretaria de Estado das Obras Públicas revelaram-se totalmente infrutíferas: «da parte do Governo, diz a CM de V. F. de Xira, não existiu nunca a menor vontade de rever a sua posição e de analisar nosso autarquias, as razões que assistem aos municípios» e que — antes de mais e independentemente de questões processuais, legais, e do que é socialmente exigível de uma empresa pública que fornece o bem essencial «água» — tem a ver com as dificuldades da população em geral e com as das grandes consumidoras industriais, que no caso concreto de Vila Franca consomem mais de 50% da água vendida («revendida») pelos Serviços Municipalizados.

Perante o facto consumado, e incapacitada de suportar ela própria os aumentos, a CM de V. Franca, após proposta que apresentou e foi aprovada na Assembleia Municipal, viu-se assim obrigada a aplicar as tabelas de venda de água fornecida pela EPAL já em vigor nos restantes municípios.

Vamos à praia — as autarquias ajudam

Câmaras e Juntas de Freguesia, com indiscutível relevo para as de maioria APU, preparam cuidadosamente (e aqui é mesmo indiscutível) o seu programa de férias para as crianças que estão em férias.

Animação desportiva e cultural local, passeios, acampamentos — sobretudo as idas à praia por que todas as crianças suspiram e que muitas e muitas não podem fazer.

Assim é em todo o concelho de Loures — e é também de novo na Póvoa de Santo Adrião: manhãs de praia na Caparica em todas as terças e quintas-feiras do mês de Agosto. As inscrições devem ser feitas na Secretaria da Junta de Freguesia e estão abertas a crianças de 6 a 12 anos. O transporte é gratuito; o cuidado no acompanhamento, esse, nem tem preço! — palavra de quem já viu...

É preciso defender a Língua Portuguesa

Na passada semana, durante o período de antes da Ordem do Dia, o deputado do PCP José Manuel Mendes pronunciou uma intervenção sobre a defesa da Língua Portuguesa. Intervenção que, ouvida com atenção, suscitou alguns aplausos nas bancadas do PS e um silêncio incomodado em outras. O tema seria de molde a unir todos em defesa de um bem comum. As críticas expandidas, porém, tinham destinatários. Damos aqui, quase na íntegra, a intervenção do deputado comunista.

(...) Múltiplos agentes vêm correndo, por acção ou omissão, o corpo vivo do português: as deficiências reiteradas no ensino, ora asfixiando no fixismo das diferentes gramáticas o seu jorro natural e límpido, ora descaracterizando-o num laxismo denegador dos seus alicerces estruturais; os maus tratos, de toda a ordem, a que vem sendo subjugado na comunicação social, designadamente na rádio e na televisão; a ausência de uma política do livro, capaz de alargar, de maneira significativa, a mancha dos leitores, se possível fazendo-a conformar-se à da população, aprofundando-se, depois, em qualidade e quantidade; o abuso de estrangeirismos, com relevo para os anglicismos, mais grave quando ocorre com vocábulos ou expressões que têm tradução, que encontram correspondentes idiomáticos preferíveis, não raro creditados pela tradição oral e literária.

O que se passa com a programação da RTP, por exemplo, é bem ilustrativo do que poderia designar-se por verdadeiro idiomatismo. Não só a prática de um português minimamente recomendável está longe de ser generalizada como, num outro plano, são poucos os espaços destinados à informação, às iniciativas, projectos e realizações culturais. Acresce o já conhecido mosaico de escuros tons: a RTP abre as portas a produções estrangeiras de baixo quilate, com destaque para as americanas do tipo do Dallas, enquanto marginaliza, por razões ideológicas, alguns dos nossos mais importantes escritores, artistas plásticos, cineastas, cantores, pensadores, críticos. Valem a pena lembrar nomes?

(...) A colonização do nosso espaço audiovisual é de tal monta (e não só no domínio que me ocupa agora, bem entendido), que urge chamar à colação os

brios patrióticos do povo que somos. Compreende-se a dificuldade de tradução, de imediato, dos novos vocábulos que, dia após dia, o desenvolvimento tecnológico gera. Mas não se acateira, à luz seja do que for, a lenta instalação de uma miscelânea de mau gosto que já alguém apelidou de tecnocrates. Ele exprime, em última análise, a transnacionalização dos interesses de classe em que os seus corifeus se apoiam, o progressivo esvaziamento de ideias de raiz ecuménica, o salto sobre o imaginativo, a ignorância envenenada. Impõe-se o favorecimento da acção dos tradutores, esses pacientes, ignorados, mal remunerados mediadores da interpretação da cultura e do conhecimento, o aporuguesamento cuidado dos significantes. Há que exigir do Governo a adopção dos mecanismos idóneos nesta matéria, começando por reclamar dos seus próprios membros que não sarcoteiem eventuais apatências poliglóticas em actos públicos. Para além do ridículo de que se reveste, é intolerável que um Ministro fale, em Portugal, em circunstâncias oficiais, o francês, o inglês, o espanhol ou o alemão. Por excelente que seja o seu domínio dessas línguas, o que, de resto, a revelar os exemplos com

que temos sido brindados, nem sempre acontece.

Uma língua faz-se fazendo-se. O português, porque irrestritamente usado por um povo que se libertou do fascismo, é hoje mais vivo. Funcionalizado, dinâmico, passível de inúmeras operações criativas, aguarda do 25 de Abril a atenção profunda que merece. Revitalizado, levado às áreas do belo imperceptível através do trabalho estético de um Fernão Lopes, ou um Eça de Queiroz, de um Camões ou um Garrett, de um Camilo, ou Aquilino, um Pessoa, ou um Carlos de Oliveira, espera do Portugal democrático as medidas que urge. Eis algumas: a difusão do livro, em particular da obra dos nossos escritores do passado e do presente, quer através do reapetrechamento das bibliotecas existentes e do fomento de novas, quer por acções sobre os preços; o estudo, pelo Governo, de convénios internacionais tendentes a assegurar idênticas iniciativas no estrangeiro, e, bem assim, expedientes de preservação do idioma nos núcleos da emigração; a promoção de acordos visando facilitar a circulação, no espaço geográfico plurinacional do português como expressão oficial, dos livros de autores da língua comum; uma correcta e rigorosa informação

dos professores de português, associada à formulação dos actuais programas escolares; a completa reconsideração, a partir de critérios culturais e científicos, do quadro de funcionamento da rádio, da TV, dos grandes meios de comunicação social, nomeadamente, instituindo tempos de antena e colunas jornalísticas dedicados a pugnar contra a adulteração sistemática da língua; o apoio do Estado às propostas de associações e organizações que desenvolvem actividades nesta esfera, das quais se destaca a Sociedade de Língua Portuguesa, propugnadora da criação do Dia Internacional da Língua Portuguesa, o entendimento, pela via diplomática, com o Brasil, em tudo quanto se ligue com a problemática em apreço, travando, se possível, desde já, gravosas decisões que são do domínio público; por fim para não alongar até à exaustão o elenco do mais urgente, o aprofundamento do intercâmbio cultural, em todos os vectores, no quadro do necessário desenvolvimento da cooperação, com Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Não advogamos, srs. Deputados, um código fechado, um discurso crítico, a estancamento da soma atomística e dicionar-

izada dos mais de trezentos e cinquenta mil vocábulos que constam da última edição do Moraes. Somos contra a esclerosação da norma, receptivos às transgressões de natureza estética, aos impulsos inovadores que fertilizam o solo de uma língua. Não entendemos o português como uma autarquia sem relações, elitizada ou conservada, como uma estância de ravinosos acessos apenas. Queremos o estuante de viver comum, elegante ou calado, atravessado de socielectos, de neologismos saídos das penas de feltro dos escritores, não assumimos a flâmula dos emulos do purismo. O que não podemos é deixar de coonestar advertências como aquela com que iniciei a presente Declaração. Por isso, testemunho o aplauso vemente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português à realização do Congresso Internacional sobre a Língua Portuguesa, a decorrer em Lisboa até ao dia 3 de Julho, com a presença de mais de 600 estudiosos nacionais e estrangeiros; e, através deles, dos seus participantes, os mais de 150 milhões de pessoas que, no mundo, falam a nossa língua. É um gesto simbólico, bem certo. Mas profundamente significativo, aqui, nesta Câmara política, após os caminhos e desaminhos de Abril.

PCP



II Assembleia da Moita

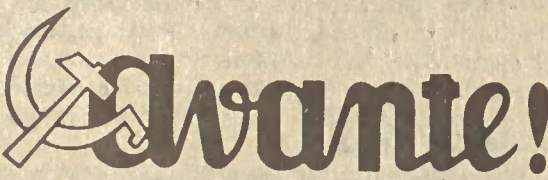
Realizou-se recentemente na Sociedade Capricho Moitense, na vila da Moita, a II Assembleia da Organização Concelhia do PCP a que assistiram os camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e Valdemar Santos, da DORS.

No decorrer dos trabalhos, foram aprovados vários documentos de que se destacam uma «Resolução sobre organização» e uma moção sobre a situação política e social.

No primeiro, apontam-se medidas para o reforço da organização concelhia quer a nível de estruturação quer de quadros, e no segundo realma-se a determinação dos comunistas e do povo do concelho da Moita em não dar tréguas ao Governo PS/PSD.

Momento particularmente caloroso foi o da eleição da nova Comissão Concelhia constituída por 30 camaradas, muitos deles assumindo aquela responsabilidade pela primeira vez.

Na sua intervenção final o camarada Joaquim Gomes referiu-se aos aspectos gerais da Assembleia e da organização do Partido, bem como a actual situação política.



Sessões sobre o «Avante!»

Realizam-se hoje a noite em Lisboa duas sessões-debate sobre o «Avante!»: nos Centros de Trabalho do PCP de Arroios e do Beato, ambos às 21 e 30, com a participação, respectivamente dos camaradas Ruben de Carvalho, membro suplente do Comité Central e chefe de Redacção do «Avante!», e Fernando Correia, sub-chefe de Redacção.

Concelho de Coruche

Está a decorrer no concelho de Coruche a campanha Verão-83, para recolha de fundos. O objectivo da campanha é levar a todos os camaradas o apelo para o contributo de meio-dia de salário para o Partido, referiu ao «Avante!» a Comissão Concelhia de Coruche.

Espectáculo «rock» em Torres Novas

A organização concelhia do PCP de Torres Novas promove no sábado, dia 9, um espectáculo especialmente dedicado à juventude, com os grupos UHF e PBX. Este concerto «rock» decorrerá nas piscinas municipais de T. Novas, a partir das 22 horas.

Assembleia da Função Pública

A III Assembleia de Organização do Sector da Função Pública da ORL do PCP aprovou recentemente uma resolução política e elegeu o novo organismo de direcção. Entre os participantes estiveram os camaradas Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central, Alda Nogueira do CC, Fernanda Barroso e André da ORL. A resolução política aprovada, a distribuir brevemente, aponta, entre outras, como medidas concretas, o alargamento e reforço do Partido no sector; o reforço da intervenção do Partido nas frentes unitárias; a melhoria e reforço da intervenção da organização da Função Pública no aparelho de Estado.

Sessão sobre Marx em Ovar

«Cem anos depois de Marx» — este o tema da sessão promovida pela Comissão Concelhia de Ovar do PCP, que decorrerá no próximo sábado, a partir das 21 e 30, no salão polivalente da Escola Preparatória de Ovar. Participará Álvaro Mateus, estando previsto um diaporama sobre a vida e a obra de Karl Marx.

III Assembleia do PCP da Concelhia de Sesimbra

No próximo domingo, dia 10, vai realizar-se a III Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Sesimbra. Os trabalhos desta importante Assembleia decorrerão no Externato S.ª Joana, na vila de Sesimbra, com a participação do camarada Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido.



Exposição pela Paz hoje e amanhã no Rossio

O Comité Local de Lisboa (CLL) da JCP promove no Rossio, hoje e amanhã, uma exposição de sensibilização da opinião pública para os problemas da Paz, contra os perigos da guerra e da destruição da Humanidade. Esta exposição, que contém elementos originais, tem como objectivo a divulgação e promoção do Festival «Dêem uma oportunidade à Paz», a realizar na península de Tróia. A exposição do Rossio inclui no seu programa um conjunto variado de actividades culturais, com destaque para a música e as artes plásticas. Refira-se, a propósito, que será executada uma pintura livre gigante sob a temática da luta pela Paz. Destaque ainda para o «fogo de campo» integrado na exposição, que, repetitivamente, incluirá elementos praticamente inéditos. Amigo leitor: dê um salto ao Rossio!

Festa da Alegria: um

Durante três dias, Braga voltou a ser a capital da Alegria, numa bela Festa popular que levou milhares de pessoas ao parque de exposições. Iniciativa promovida pela Direcção Regional do Minho do PCP, a 6.ª edição da Festa da Alegria decorreu num ambiente de entusiasmo, tendo vivido o ponto alto do seu vasto programa no comício com o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, aliás, o maior comício o de sempre desta Festa, que já tem tradições na região minhota.

Nestas «centrais» do «Avante!» publicamos a intervenção do camarada Álvaro Cunhal. Não faltaram os foguetes e os Zés Pereiras, que anunciaram a Festa a toda a cidade. Não faltaram os espectáculos de qualidade com artistas portugueses de renome, como Paulo de Carvalho, Sérgio Godinho, Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo, conjunto fi «Jáfumega», António Pinho Vargas, Luísa Basto, João Fernando e Jorge Lomba, entre outros. Não faltaram os momentos de fado, folclore e música executada por bandas e grupos populares, cuja animação invadiu a

cidade minhota. Mas a Festa da Alegria, que teve pavilhões de organizações do Partido dos mais variados pontos do País, não ficou por ali. O espectáculo evocativo de Adriano Correia de Oliveira («Cantar Adriano») com a colaboração de amigos e companheiros do saudoso cantor, foi um momento de especial significado e emoção na Festa. A tradicional estafeta Guimarães-Braga, o mercado de produtos da Reforma Agrária, a exposição de pintura, a festa das crianças, o arraial popular com baile, o cinema, o teatro

Discurso de Álvaro Cunhal em

Camaradas: Antes de mais, transito ao povo da cidade e do distrito de Braga, de todo o Minho, as amistosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português. E em particular, felicitações pela Festa da Alegria, que se tornou a maior realização recreativa e cultural do Minho e o maior encontro de tolerância e amizade. É sem dúvida a Festa dos comunistas. Mas, pela extraordinária afluência de pessoas dos mais variados quadrantes políticos (que daqui saudamos), tornou-se também a Festa do povo, que confraterniza neste magnífico ambiente em que se respeita e se estima o nosso semelhante. A realização aqui em Braga da Festa da Alegria é em si mesma uma afirmação da liberdade e da democracia que conquistámos com o 25 de Abril — histórica revolução que tornou possível que os portugueses expressem o seu pensamento, defendam as suas ideias, intervenham na vida social, política, cultural sem que sobre eles se abatem, como no tempo do fascismo, as perseguições, as prisões, as condenações, as torturas e os assassinatos. Por isso também a Festa da Alegria é qualquer coisa mais. É também a afirmação da determinação de lutar em defesa dessa liberdade e democracia, de lutar em defesa dos interesses sagrados do nosso povo e do nosso país, de lutar firmemente para que Portugal prossiga o caminho aberto com o 25 de Abril. Por isso, se insere este comício político na Festa da Alegria. E por isso aqui vimos dizer algumas palavras sobre a situação que o País atravessa.

Primeiras desilusões do voto PS

Nas últimas eleições, no distrito de Braga, votaram no PS 149 mil eleitores e votaram no PSD 100 mil eleitores. Se aqui estão presentes alguns, eu gostaria de perguntar aqueles que votaram no PS e no PSD se estão satisfeitos com o governo dos partidos em que votaram e mais concretamente com as primeiras medidas que esse governo tomou logo após a sua posse. Gostaria de perguntar se estão satisfeitos com o aumento do preço do pão, com o aumento do preço do leite, com o aumento do preço do açúcar — aumentos que anunciam uma nova subida em flecha dos preços de generos de primeira necessidade, agravando consideravelmente as condições de vida dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas como desempregados, reformados e deficientes. E se estão satisfeitos com os enormes aumentos, já anunciados, da gasolina normal e super, do gasóleo, do fuel, do petróleo, etc. — aumentos estes que repercutirão em novos aumentos em praticamente todos os domínios. E aos agricultores que votaram no PS e no PSD gostaria de perguntar se estão satisfeitos com o aumento brutal do preço dos adubos e das rações, que foi uma das primeiras medidas do governo formado pelos partidos em que votaram. Aqueles que votaram na APU, que votaram no PCP, sabiam — porque o PCP o disse, porque o PCP previu, porque o PCP previu — que o governo PS/PSD significaria o agravamento das condições de vida do povo, os aumentos de preços, a continuação no fundamental da política de miséria e de desastre nacional dos governos da «AD». Votaram na APU, votaram no PCP, votaram bem, e os factos confirmam que votaram bem. Mas aqueles que votaram no PS? Era isto que esperavam? E ou não verdade que muitos acreditavam que, com o voto no PS, contribuiriam para uma mudança na política nacional, para uma alternativa democrática? E agora? Certamente muitos já chegaram à conclusão de que os seus votos no PS foram votos errados. Certamente muitos já chegaram à conclusão, de que se fosse hoje depois de saberem o que já sabem, não votariam mais no PS, mas sim na Aliança Povo Unido, na APU, mas sim no PCP, que mostrou e mostra ser o único grande partido que defende sempre e sem quaisquer vacilações os interesses dos trabalhadores, do povo, do País e que propõe uma política verdadeiramente democrática e nacional.

Como foram enganados os eleitores de Braga

Não é apenas em virtude das medidas tomadas pelo governo que os eleitores do PS no distrito de Braga têm fortes razões para concluir que foram enganados e bem enganados. Foram enganados e bem enganados porque aqui, no distrito de Braga, onde os dirigentes do PS eram da chamada linha do ex-Secretariado, toda a campanha eleitoral do PS foi feita com repetidas afirmações, proclamações e garantias de que o PS não faria uma aliança com o PSD para formar governo. Nas vésperas das eleições, o próprio Mário Soares veio a Braga. O que disse ele? O «Correio do Minho» (22.4.83) em letras garrafais reproduzia a seguinte afirmação: «O Partido Socialista aliar-se à direita é coisa que não é possível!». Isto afirmou M. Soares aqui em Braga no Rossio da Sé. Antes das eleições, também Raúl Rego, cabeça de lista do PS pelo distrito de Braga, respondendo ao «Correio do Minho» (6.3.83) que lhe perguntava o que pensava de um governo PS/PSD respondeu: «PS/PSD? Isso não!». Já depois das eleições, Mesquita Machado, n.º 2 da Lista do PS pelo distrito de Braga, falando ao mesmo «Correio do Minho» (26.4.83) dizia que a votação no PSD (dado o «voto útil», no PSD pelos eleitores do CDS) era «uma manifestação do eleitorado de direita» e que por isso «ao tentar-se uma aliança com o PSD, o partido (PS) podia estar na prática a fazer uma aliança com a direita». Isto dizia Mesquita Machado em 26 de Abril. E agora? Agora que Mesquita Machado faz parte do governo PS/PSD como secretário de Estado? Pode dizer-se com todo o fundamento que o eleitorado do PS no distrito de Braga foi enganado pelos dirigentes e pelos candidatos do PS.

Que lhe foi prometido que não haveria uma aliança com o PSD, com a direita, e afinal essa aliança foi feita e nela participam os próprios candidatos do PS que proclamavam que a ela se opunham. Qual o sentimento dos socialistas que votaram no PS e agora vêem Mesquita Machado no governo da aliança PS/PSD? Se é verdade (e não temos razões para duvidar) que na Assembleia Municipal de Braga muitos socialistas se recusaram a votar uma moção de felicitações a Mesquita Machado por ter entrado no governo, isso mostra bem que muitos socialistas continuam a condenar a aliança com o PSD. E, cada dia que passe, por cada nova medida que o governo tome — e as primeiras que tomou já indicam para onde vai — mais e mais eleitores que votaram PS (e mesmo eleitores que votaram no PSD) tomarão consciência de que foram enganados e virão engrossar a frente de resistência e de luta em defesa dos interesses do povo e do País, por uma real alternativa democrática na política portuguesa.

O governo PS/PSD agrava ainda mais a situação

Os trabalhadores do distrito de Braga (como os de todo o País) conhecem na própria carne como a situação se torna insustentável em resultado da política de sucessivos governos nos últimos 7 anos — política que o governo PS/PSD vai continuar e mesmo agravar no essencial. Os aumentos nominais dos salários não acompanharam o aumento dos preços. Baixou o poder de compra dos trabalhadores e das mais vastas massas populares. Aumentou dia-a-dia o número de empresas onde está em atraso o pagamento dos salários e onde se recusa o pagamento dos subsídios e os retroactivos, como muito bem sabem os 5 ou 6 mil trabalhadores do distrito de Braga nestas condições. Generalizam-se em formas ilegais os contratos a prazo, multiplicando-se os despedimentos como sucedeu por exemplo não há muito com 60 trabalhadores na fabrica de Saganhal. Foram e continuam a ser liquidados benefícios sociais. Intensifica-se a exploração, com o aumento das horas extras, dos turnos especiais, dos prémios como foram de diminuir os salários reais, do trabalho nos feriados e fins-de-semana, como sucede na Coelima, na TMG, na Joaquim Coelho Lima. E, para impor o agravamento das condições de trabalho e de vida, o patronato (protegido pelo governo) impede ilegalmente nas empresas o exercício das liberdades e direitos sindicais, proibindo plenários, perseguindo, ameaçando e mesmo despedindo delegados sindicais, agredindo trabalhadores, e dando protecção às actividades divisionistas severamente condenadas pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo encerram as portas novas empresas como sucedeu recentemente com a Aupima e a Carvalho & Magalhães. Por sua vez, nas empresas que obtêm bons resultados, o patronato dramatiza a situação para justificar a intensificação da exploração. Como é sabido, na Varela Pinto, por exemplo, exigem novos sacrifícios aos trabalhadores no preciso momento em que um dos capitalistas fugiu com uma quantia orçada entre 180 e 200 mil contos.

Vai o governo PS/PSD fazer frente a esta situação? Não, o governo PS/PSD vai agravar ainda mais a situação dos trabalhadores. Demagogicamente diz que aboliu o tecto salarial. Mas o seu programa estabelece um novo tecto ao determinar que a taxa do aumento da massa salarial tem de ser inferior à taxa do aumento dos preços. E mal se tinha formado o governo, logo o governo decretou o aumento vertical dos preços, diminuindo desde logo com tal medida o poder de compra dos portugueses. Ao mesmo tempo, o pacote laboral que anuncia não se destina a minorar mas a agravar a situação dos trabalhadores. E no que respecta à lavoura? Sabe-se bem a que tremendas dificuldades a política dos governos «AD» conduziu a agricultura portuguesa e, em particular, a situação dos pequenos e médios agricultores. Mas, segundo o governo PS/PSD, a situação não é ainda suficientemente grave.

Não bastavam as dificuldades resultantes da falta de apoio técnico, da falta de crédito, de uma errada política de preços, de uma errada política nos circuitos comerciais, de importações de produtos agrícolas desnecessários e concorrentes. Não bastavam as calamidades como as geadas negras e a seca que tem atingido a agricultura, sem que tenham no tempo devido sido pagas as indemnizações. Não bastava o surto da peripneumonia, que provoca o abate em massa de cabeças de gado, sem que o governo tome as medidas necessárias para debelar o mal. Não. Segundo o governo PS/PSD isto não bastava. E por isso uma das suas primeiras medidas foi o aumento do preço dos adubos e das rações, que cria novas e gravíssimas dificuldades aos agricultores, que é uma nova machadada na agricultura nacional. Por aqui se vê o que já é e o que vai ser a política do governo PS/PSD. E porque assim é e assim será, estamos profundamente convencidos de que os trabalhadores e o povo em geral darão combate a esta política e que muitos dos que votaram no PS e no PSD se juntarão a nós na luta contra a política do governo formado por esses mesmos partidos em que votaram.

A crise não se resolve prosseguindo a política que a provocou

É uma realidade que ninguém pode negar que o País atravessa uma grave crise. O nosso Partido há vários anos aponta e acompanha passo a passo o desenvolvimento da crise, a degradação da situação económica e financeira. Há vários anos o nosso Partido indica que as causas dessa degradação é a política de recuperação capitalista iniciada pelo governo PS/Sóznio em 1976 e depois desenvolvida e agravada pelos governos «AD». Há vários anos aponta as medidas necessárias para uma real recuperação económica.

Se as medidas económicas e financeiras propostas pelo PS em 1977 na sua Conferência Nacional para a saída da crise não sem sido adoptadas e aplicadas, em vez do avanço galopante da crise, arrastando Portugal para o desastre e a bancarrota, a crise teria sido certamente superada no essencial. Mas não. Ano após ano sucessivos governos prosseguiram a política de destruição das conquistas de Abril, de recuperação capitalista e de restauração dos grupos monopolistas e o resultado é a vista: Agravamento da situação dos trabalhadores e das massas populares até um nível inaceitável e, ao mesmo tempo, o fundamento constante da crise arrastando inexoravelmente Portugal para um verdadeiro desastre nacional.

A própria crise impunha que se pusesse fim à política «AD», impunha (e continua a impor) uma viragem política, impunha (e continua a impor) a mobilização dos recursos, energias, potencialidades do País num grande esforço nacional, para dinamizar a indústria, a agricultura e os serviços, para aumentar a produção, para conseguir reduzir os défices externos que tornam cada vez mais Portugal dependente do estrangeiro. O governo PS/PSD não se propõe porém mudar a política «AD», mas continua-la no essencial e até mesmo agravá-la. O secretário-geral do PS, rasgando o Programa do seu partido e perjurando declarações e promessas, tornou-se Primeiro-Ministro de um governo com uma política de direita, de um governo continuador da «AD» nos objectivos essenciais.

E esses objectivos essenciais, o eixo da acção, continua a ser a restauração do poder económico dos grandes capitalistas, a restauração dos grupos monopolistas que nos exploraram impiedosamente e subjugaram pelo terror no tempo da ditadura fascista.

Pode por isso dizer-se que vivemos neste momento uma situação original. A história tem mostrado que as classes que alcançam o poder económico disputam e conquistam o poder político. Mas, num processo regressivo, como é o processo «contra-revolucionário» que Portugal atravessa nos últimos anos, pode bem dizer-se que os grandes capitalistas que constituíram os grupos monopolistas e que com a revolução perderam o poder económico e o poder político já têm no poder político forças dominantes que trabalham afanosamente para a restauração do seu poder económico.

A lei de delimitação dos sectores (manifestamente inconstitucional) que o governo se prepara para fazer aprovar mediante autorização legislativa — começando pela banca, os seguros, os cementos, os adubos — tem como missão abrir caminho directo à reprivatização dos sectores e empresas nacionalizados e à restauração dos grupos do capital financeiro.

O «comentador» de um conhecido pasquim fascista põe a sem pudor este significado e este objectivo a lei de delimitação dos sectores e de formação institucional de bancos privados, ao afirmar que a formação de bancos privados só se justifica para a formação de «grupos económicos privados» ou seja novos monopolistas («Diabo», 28.6.83).

E precisamente esse o objectivo do governo PS/PSD com a lei de delimitação dos sectores que prepara.

E absolutamente certo que, com tal política, não venceremos a crise antes esta se irá mais e mais aprofundando. Não se resolvem os problemas nacionais, antes estes se tornarão cada dia mais graves.

E sendo isto assim, duas perspectivas de acento contrário se apresentam: por um lado, o agravamento da situação do povo e do País; por outro lado, o beco sem saída em que se mete o próprio governo e o fracasso a que está condenado.

Ainda o «pacto social» e o apelo às «tréguas»

O governo PS/PSD tem tanta consciência da crescente resistência popular, que vai encontrar pela frente, e da perspectiva do próprio fracasso, que procura neutralizar e comprometer com a política do governo os trabalhadores e as suas organizações de classes, assim como a Oposição.

Esse o objectivo da intensa campanha que se desenvolve em torno do «pacto social» e do «consenso político».

Mas será de facto um pacto social um acordo social que o governo quer?

Será um compromisso livremente negociado entre os trabalhadores, o patronato e o governo, de forma a que cada qual aceite as suas responsabilidades e a sua quota numa política de austeridade? Não, não se trata de nenhum real pacto, de nenhum real acordo, livremente negociado.

Do que se trata é de quererem submeter os trabalhadores a uma exploração ainda mais desenfreada, a condições de trabalho de vida ainda mais duras, para que os capitalistas possam aumentar os seus lucros, acumular grandes fortunas, continuar a gastar milhares e milhares de contos numa revoltante vida de luxo e ostentação ao mesmo tempo que exigem que os trabalhadores apertem o cinto até ao último furo.

Do que se trata é de querer que os trabalhadores e os seus sindicatos capitulem e assinem a sua própria sentença de morte: seja, aceitem os despedimentos sem justa causa, aceitem a perda dos salários reais, aceitem a liquidação de benefícios sociais, aceitem — no fim de contas pagar com a sua própria miséria o preço da crise.

Porque é isso o tão apregoado «pacto social» de que se fala certamente os trabalhadores recusarão capital e podem e devem próprios a cabeça no cepo do «pacto social» para que o governo a corte com a machada dos seus «pacotes laborais».

E se os divisionistas e provocadores da UGT assinarem o arremedo de «pacto» tal como fizeram com o CCT na indústria têxtil os trabalhadores não se poderão reconhecer como obrigados por quem abusivamente assina em seu nome. O governo PS/PSD também fala muito em tréguas. Diz que para a recuperação económica do País é necessária uma trégua na luta social. Mas, como já temos dito, tréguas são a suspensão das hostilidades entre duas partes. E o governo reclama que os trabalhadores façam tréguas, suspendam as hostilidades, suspendam a luta, ao mesmo tempo que ele, governo, não faz tréguas nenhuma mas pelo contrário continua as hostilidades e lança novas

PCP

CONCURSO DE PESCA DESPORTIVA



UM CENTRO DE TRABALHO EM

VILA DO BISPO

10 DE JULHO DE 1983

É já no próximo domingo, dia 10, que a Comissão Concelhia de Vila do Bispo promove o concurso de pesca desportiva, iniciativa ligada à campanha de fundos que neste momento se desenvolve em todo o concelho, a fim de permitir a aquisição de um Centro de Trabalho para o PCP em Vila do Bispo, concelho que nas últimas eleições autárquicas votou maioritariamente na APU.

Para além do concurso de pesca realiza-se uma tarde de convívio cujo programa inclui:

- 7 horas – Concentração dos pescadores para se dar início ao concurso.
- 10 horas – Chegada das excursões de Lagos, Portimão e Silves.

- 12 horas – Início do «piquenique», convívio e actividades desportivas.

- 16 horas – Chegada dos concorrentes da pesca e pesagem do peixe capturado, que será vendido em lota e cujo produto reverterá para a compra do Centro de Trabalho.

- 17.30 horas – Intervenção do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e deputado eleito pelo Algarve à Assembleia da República.

- 18 horas – Distribuição dos prémios e leilão do peixe. Atenção: o primeiro prémio é uma taça oferecida pelas Edições «Avante!».

- 19 horas – Canto livre com Luísa Basto e João Fernando.

- 20 horas – Baile com o conjunto «Os Gatos Pretos».

Na iniciativa, estarão ainda presentes os camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política do PCP, Margarida Tengarrinha, do CC e deputada eleita pelo Algarve, e José António Spinola, presidente da Câmara de Vila do Bispo.

Esta realização está a suscitar um grande apoio da população do concelho, expressa já em numerosas ofertas em dinheiro e prendas diversas, contribuições que têm estado a ser recolhidas porta-a-porta em alguns locais do concelho.

Deputados comunistas no Algarve

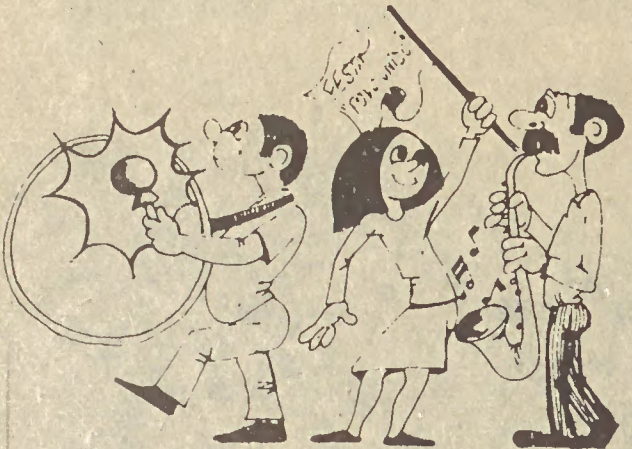
Carlos Brito e Margarida Tengarrinha estão de novo no Algarve em contacto com as populações e os seus problemas, cumprindo um extenso e diversificado programa no próximo fim-de-semana.

Assim, amanhã, visita à fábrica Júdice Fialho, em Portimão, às 10 e 30; visita à fábrica Jean Barange, em Silves, às 15 e 30; reunião com a Associação do Património Cultural de Silves, às 18 e 30; reunião com a direcção da Cooperativa Agrícola de Silves, às 21 e 30.

Dia 9, sábado, contacto com o património histórico de Portimão às 10 horas; e com o património histórico de Lagos às 15 horas; visita ao castelo de Aljezur, às 17 e 30.

Dia 10, domingo, visita a Sagres, também com particular atenção às questões do património histórico.

Na linha já iniciada na visita anterior, os dois deputados do PCP para além de discutirem os problemas dos trabalhadores da região, prosseguem os contactos com o património histórico do Algarve, com o objectivo de inventariar a sua situação concreta.



Festa Povo Unido na Cova do Gato

A tradicional Festa Povo Unido, na Cova do Gato, freguesia de Abela, está marcada para os dias 23 e 24 deste mês e, como nos salienta a sua organização (camaradas do Partido e da JCP da freguesia), a festa «tem como objectivo principal o reforço financeiro do PCP», sendo também uma iniciativa de dinamização do próprio Partido e um espaço aberto a todos os democratas.

Além dos «comes e bebes» e de várias actividades recreativas, a Festa Povo Unido inclui no seu programa a actuação do acordeonista Nunes Sabino, que animará os bailes dos dias 23 e 24, às 20 horas; provas de tiro ao alvo, jogos populares, comício e participação de artistas amadores, no dia 24.

Sorteio da livraria do CT Vitória

O grande sorteio realizado pela livraria instalada no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, apurou os seguintes números: 1.º, 1073; 2.º, 680; 3.º, 1992.

Cinema em Faro

Prossegue amanhã, 6.ª feira, a iniciativa cultural que a Comissão Concelhia de Faro tem vindo a promover há cerca de um mês na esplanada do Centro de Trabalho do PCP.

Destá vez vai ser exibido o filme «Morte em Veneza», de L. Visconti.

Festas no Algarve

Estão em avançado estado de preparação as festas que tradicionalmente as organizações de Faro e Portimão promovem nos meses de Verão no Algarve.

Assim, em Faro, a Festa da Amizade, que se realiza nos dias 30 e 31 de Julho, na esplanada do S. Luís Parque, em Faro, já tem a sua «LT» (Livre Trânsito) à venda.

A Festa da Amizade tem um programa valioso nas suas duas noites: dia 30: Carlos Moniz e Maria do Amparo e baile com o conjunto «Stratus»; dia 31: o programa nocturno será preenchido com um espectáculo com Rão Kiao e Carlos do Carmo.

Em Portimão, a Festa de Verão conta este ano com a participação das organizações de Silves, Lagoa e Lagos.

A festa, que decorrerá durante os dias 5, 6 e 7 de Agosto terá, para além dos habituais espectáculos, uma exposição sobre o património cultural – a sua situação e a urgência das medidas para a defender.



O trabalho na Ajuda

• Um apelo especial aos canalizadores e carpinteiros

«Ista vai avançando!»
Palavras quase obrigatórias para quem vai ao Alto da Ajuda. E, na verdade, a sensação que nos toma: as coisas avançam no recinto da Festa. Uma nova fisionomia do vasto recinto vai ganhando força, definindo-se estruturas, arruamentos, espaços do grande convívio de Setembro.

Após a concretização da zona de apoio (o dormitório e o acampamento estão prontos desde anteontem e o refeitório desde ontem), onde ficam instalados os cerca de 80 camaradas que estão a trabalhar na Festa a tempo inteiro, nascem outras tarefas como a montagem da vedação exterior, a continuação da limpeza do terreno e da montagem de estruturas e da adaptação e implantação das redes de água e electricidade, tendo em conta as alterações da planta da Festa.

Tudo isto significa carinho e entusiasmo para com a Festa do «Avante!». Significa também muitas horas de trabalho e de dedicação, por parte dos camaradas que estão em permanência na Ajuda, dos outros camaradas que estão no gabinete técnico (no CT da António Serpa) e também por parte dos camaradas e amigos que participam nas jornadas de trabalho voluntário com especial incidência aos fins-de-semana.

É a propósito destas jornadas de trabalho que a Festa volta a lançar um apelo a todos os militantes e simpatizantes do Partido: a sua contribuição, organizada em brigadas e grupos ou individualmente, assume uma importância destacada numa altura em que os trabalhos de implantação exigem mão-de-obra em grande escala. Na Ajuda, há sempre uma tarefa que podemos realizar. Todos nós. Camaradas e amigos especializados em determinados «ofícios» mais relacionados com a implantação da Festa. E não especializados: estudantes, reformados, empregados, trabalhadores intelectuais, agricultores, pescadores, etc.

Faça um conjunto multissímo vasto de tarefas, só um grande contingente de trabalhadores, de voluntários, de amigos da Festa, poderá dar a respectiva concretização. Com ritmo e serenidade. E também com entusiasmo, vivido com a certeza amplamente confirmada de que o trabalho nunca meteu medo aos comunistas.

Projecto arrojado, a Festa do «Avante!» vive e constrói-se na base de militância e do empenho de muitos comunistas. Daí, o seu êxito já repetido diversas vezes. Daí, também, a certeza de que queremos e podemos fazer sempre melhor em cada Festa.

Falando ainda da participa-

ção nas jornadas de trabalho aos fins-de-semana, podemos adiantar que é ponto assente nas organizações do Partido a sensibilização para um maior dinamismo e mobilização na formação e deslocação de brigadas e grupos de camaradas ao Alto da Ajuda: o trabalho colectivo rende mais e as tarefas concretizam-se mais depressa. Nas organizações regionais de Lisboa, Setúbal e Alentejo têm sido constituídas brigadas de trabalho com destino à Ajuda. Outras organizações preparam grupos idênticos. Vivem-se assim jornadas de trabalho em prol da Festa que são também belas jornadas de confraternização entre camaradas e amigos, como sucedeu, por exemplo, no último fim-de-semana, com a participação de 151 pessoas no sábado e 159 no domingo (números que vão crescer!).

O apelo dirige-se a todos nós. Mas os camaradas que estão na Ajuda a tempo inteiro salientam as dificuldades que se têm sentido com a necessidade dum maior número de canalizadores e carpinteiros.

Sábado e domingo estaremos na Ajuda. Nos serviços de recepção, à entrada, serão indicadas as tarefas em que a nossa contribuição será mais necessária. E quem não levar farnel, pode lá almoçar (a senha custa 120 escudos).

COMPRA JÁ A TUA ep

ENTRADA PERMANENTE

Está a ser aguardado com interesse o segundo sorteio das Entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!», para o qual ficam candidatos todos os portadores da EP.

Este sorteio decorrerá no próximo dia 30 em Beja. Serão atribuídos os seguintes brindes, aliás iguais aos do sorteio anterior, recentemente realizado em Lisboa, no decorrer da Festa da Liberdade, nos Olivos: do 1.º ao 3.º premiados: livros e discos no valor de 10 mil escudos; do 4.º ao 10.º, os mesmos brindes mas no valor de 5 mil escudos.

Recorde-se que em fins de Agosto terá lugar o terceiro e último sorteio das EP's.

Comprar a EP significa ajudar a construir a Festa e também ficar habilitado a óptimos brindes. Depois, a 9, 10 e 11 de Setembro, ter a EP significará também ter uma porta sempre aberta para três dias de espectáculos inesquecíveis, três dias de convívio, de amizade e de encontro com o país e com a solidariedade.

Do Barreiro para a Festa

50 quilos de bacalhau e 8 mil guardanapos!

Definem-se metas. Desenvolvem-se campanhas. Fazem-se apelos. Falamos da Festa do «Avante!» e das recolhas de géneros alimentares, materiais diversos, artesanato, ofertas, contributos voluntários para o grande convívio popular do Alto da Ajuda, em Setembro.

São campanhas entusiásticas que decorrem já em vários pontos do país com resultados muito positivos, reflexo duma solidariedade e dum carinho especiais para com a Festa.

Para hoje, escolhemos o exemplo do concelho do Barreiro. Na folha informativa especialmente publicada sobre a Festa do «Avante!», além de destacar a importância das jornadas de trabalho na Ajuda e da venda da Entrada Permanente (EP), a comissão que está a dinamizar a participação do concelho do Barreiro no grande acontecimento político-cultural da Ajuda sublinha:

«Tal como nos anos anteriores, está a ser organizada pelas quatro Comissões de Freguesia do concelho a recolha de géneros e de materiais para serem vendidos na Festa. Todas as ofertas deverão ser canalizadas para os Centros de Trabalho do Partido, onde estão preparados locais próprios para os colocar.

«Para além dos materiais que cada um pode oferecer, também as células do Partido deveriam produzir as suas próprias ofertas como aconteceu nos primeiros anos da Festa e que tanto sucesso faziam, para além de terem contribuído para o aumento das receitas da Festa.

«Na campanha de géneros a meta para o concelho do Barreiro são 50 quilos de bacalhau e 8 mil guardanapos de papel. Para além disto, outros materiais poderão, naturalmente, ser oferecidos.»



Apelo a socorristas!

A Festa do «Avante!» dirige uma vez mais um apelo especial aos camaradas socorristas que militam nas várias organizações do Partido em todo o país. A sua colaboração é importante! Por isso, aqui fica o apelo ao contacto com o Sector de Saúde de Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, indicando cada camarada as suas disponibilidades para essa colaboração solidária.

Alverca

Inicia-se amanhã às 21 horas, prolongando-se até domingo, a 7.ª edição da Festa Popular de Alverca. Subordinada ao lema «Pela Paz, Pelo Direito à Vida», a Festa terá o seguinte programa:

Sexta-feira

21 horas – Rancho folclórico do Centro Social do Bom Sucesso.

– Baile com o grupo «Impulso».

Sábado

8.30 – Mercado da Reforma Agrária com produtos da «1.ª de Maio», de Avis.

17 horas – Actuação do grupo «Trigo Novo», do rancho infantil de Arcena e da «Banda Alvorada».

21 horas – Actuação dos grupos «Trova Nova», «Horizonte Novo», «Unidos do Baixo Alentejo», «Brigada Vítor Jara», e ainda de Pedro Ferreira, Barata Moura e Jaime Reis.

– Comício com Dinis Miranda, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Domingo

10 horas – Prova de ciclismo aberta a populares

17 horas – tarde infantil com palhaços, ilusionistas e gincana

18 horas – Colóquio sobre a Paz

21 horas – Orquestra Ligeira da Sociedade Euterpe Alhandrense

FESTA ESPIGA VERMELHA



COMISSÃO DE FREGUESIA DO COUÇO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

No programa da Festa da Espiga Vermelha está incluído um comício em que intervirá o camarada Carlos Costa, membro da Comissão e do Secretariado do Comité Central do PCP

Pinhal Novo

Pinhal Novo aguarda com entusiasmo mais uma edição da Festa Amiga, iniciativa dos comunistas que este ano decorrerá a 15, 16 e 17 deste mês, no campo de jogos Pinhalnovense. O programa da Festa, que divulgaremos em pormenor na próxima semana, inclui jogos populares, fado, folclore, canto livre, «comes-e-bebes», exposições, debates e intervenção política. Organizam a Festa Amiga a Comissão Concelhia de Palmela e a Comissão de Freguesia de Pinhal Novo do PCP e a JCP.



8.9.10 de Julho. Parque das escolas
COMISSÃO CONCELHIA DE SETÚBAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
COMISSÃO CONCELHIA DE SETÚBAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



COMPRE JÁ A SUA TP!

Em Setúbal

As Comissões Concelhias de Setúbal do PCP e da JCP levam a efeito durante o próximo fim-de-semana, pela primeira vez no concelho, uma festa que vai dar a conhecer melhor à população o Partido e a sua capacidade de organização e trabalho. Uma festa que será também uma realização cultural, recreativa e de convívio entre setubalenses.

O empenho dos militantes e dos amigos do Partido nos trabalhos de preparação e implantação apontam para o êxito desta primeira iniciativa no concelho: A Festa do Trabalho e da Paz.

Festa do Trabalho porque são os trabalhadores e o seu Partido que a tornam possível.

Festa da Paz porque sendo um problema de viva actualidade, sentido por todos, quer sejam comunistas ou não, terá um lugar de destaque na programação da Festa.

O programa tem início amanhã às 19 e 30: abertura da festa,

com largada de pombos e lançamento de foguetes; 21 h no palco, noite setubalense, com participação de numerosos fadistas, Trio Melodia e Carlos Paulo. Também à mesma hora colóquio no auditório (pavilhão da TEIA) sobre o «Pacto Social», com Barros Moura.

No sábado, às 10 h, manhã desportiva, com atletismo, chingilho, ronda, damas e xadrez; 15 h, corais alentejanos, conjunto «Os Galés», conjunto típico «Chico da Cana» e Francisco Ceia; 18 h, colóquio no auditório sobre os problemas da Paz e da Guerra com Sousa Marques; 21 e 30, Jazz e Rock com os grupos de «Maria João e Companhia» e «Roquívários».

Domingo, às 10 h, manhã infantil com Barata Moura, ranchos, acordeonistas e pintura; 15 h, ranchos folclóricos, os Grupos «Cretcheu», «Fuso e Roca»; 18 h, comício com Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP; 21 e 30, festa de encerramento com Julian del Valle, Samuel, Carlos Mendes e a banda Triângulo do Mar.

Conclusões do plenário dos HCL

Os militantes das organizações do PCP dos Hospitais Cívicos de Lisboa (HCL) reunidos em plenário no dia 25 de Junho, onde foram discutidos problemas de organização e perspectivas do seu fortalecimento futuro, analisaram os problemas do funcionamento dos sete hospitais integrados nos HCL, tendo concluído:

Os sucessivos cortes orçamentais para o sector da saúde impostos pelos governos AD (PSD/CDS) são um dos factores que têm contribuído decisivamente para a degradação de grande número de serviços destes hospitais, para a falta de renovação e preenchimento dos quadros (com recurso a trabalhadores com contratos a prazo sem que a instituição lhes dê o mínimo de formação) e consequente deterioração e desumanização da assistência às populações;

O não cumprimento e destruição, pelos sucessivos governos, da legislação do SNS e a consequente promoção escandalosa da medicina privada e convencionada, só têm contribuído para agravar as condições de prestação dos cuidados de saúde aos utentes, enchendo os bolsos e fazendo proliferar instituições privadas unicamente viradas para o lucro fácil à custa da saúde do nosso Povo;

Por outro lado, a incapacidade e ausência de vontade política da Comissão Coordenadora dos HCL e dos Conselhos de Gerência, tomando resoluções sem ouvir os órgãos de consulta obrigatória (Conselhos Gerais) ou sem sequer os pôr a funcionar, tem impedido a resolução de inúmeros problemas sentidos pelos milhares de utentes e pelos trabalhadores destes hospitais;

O não cumprimento do Regulamento Interno dos HCL, sem funcionamento de todos os seus órgãos em pleno, não assumindo as suas funções e responsabilidades na gestão hospitalar, contribui para um autêntico boicote a uma legislação que os interesses

de todos os interessados, facilitando a execução de medidas desburocratizantes por uma Comissão Coordenadora centralizadora e burocratizante;

Finalmente, os militantes comunistas dos HCL exigirão ao Governo PS/PSD o cumprimento do SNS Universal, Geral e Gratuito e esperam que o PS respeite os compromissos que assumiu ao votar a Lei na Assembleia da República.

Os militantes comunistas farão tudo o que estiver ao seu alcance para contribuírem para uma melhoria das condições dos trabalhadores dos HCL e duma melhor oferta de cuidados às populações que a eles recorrem.

Trabalhadores

Injustiça na continuidade

Vitórias parciais após luta prolongada no sector dos transportes não são sintomáticas de qualquer «boa vontade» da parte do Governo para com os trabalhadores. Os salários em atraso, a atitude adoptada nos transportes, o bloqueamento parcial da contratação colectiva, as ameaças generalizadas sobre o poder de compra dos salários e a nova escalada contra as nacionalizações, designadamente através da falta de investimentos e da degradação das empresas, começam a tornar transparente um dos traços comuns (são vários) aos governos de direita e ao recentemente formado entre o PS e o PSD. Esse traço comum é a injustiça na continuidade, que poderia servir de lema ao Governo de Mário Soares.

Mas é uma injustiça naturalmente confusa e com várias faces.

Uma delas é visível quando este Governo retoma em parte e mantém o conflito dos transportes, ao adoptar a velha tática de dividir para reinar.

Assim, o único movimento que faz na tarde de segunda-feira, poucas horas antes do desenrolar das greves e na altura em que negociava com as organizações representativas do sector, é aconselhar «boa vontade» aos sindicatos.

Mas logo que as greves começam, ou pouco depois, na madrugada de terça-feira, as gestões da Carris e da CP (e por que não as outras?) já se sentem autorizadas a avançar com percentagens de aumentos superiores a 17 por cento, incluindo satisfação de regalias que, segundo a Comissão Coordenadora das ORTs do sector, o secretário de Estado dos Transportes e as gestões não deixaram prever à mesa das negociações na tarde do

próprio dia 4, poucas horas antes do desencadear das greves.

Especulando com o facto e com anteriores atitudes de divisão da UGT, designadamente na Carris, pretende-se entregar àquela organização divisionista a paternidade (talvez) de mais uma portaria de extensão.

Boa adesão

As greves iniciaram-se como estava previsto em todas as empresas abrangidas pelo pré-aviso inicial. Mais tarde foram suspensas na Carris e na CP, após acordo conseguido com as gestões. Prosseguiram entretanto as paralisações de 24 horas no Metro, Transtejo, Rodoviária e Colectivos do Porto (STC). Nesta última empresa a greve terminou como previsto às 10 da manhã de terça-feira. 5 do corrente. Na RN a adesão foi talvez a maior de sempre. Pararam mais de 90 por cento das viaturas, segundo dados sindicais de terça-feira à tarde, ainda durante a greve.

Parte das reivindicações satisfeitas a que tivemos acesso ainda numa altura provisória no que respeita à sua aceitação pelos trabalhadores, mas que, de qualquer modo determinaram a suspensão das greves na Carris e na CP, prevêem

savam entretanto completamente. No Porto, a adesão era calculada logo ao terminar a greve em 55 por cento.

Transtejo

Sabia-se entretanto que se chegara a acordo na Transtejo,

A nula representatividade da UGT nestas empresas, sobretudo na RN, Transtejo, Metro e CP, não é suficiente para que se ponha de lado a atitude de sobreaviso contra possíveis tentativas de «empalmar» por via administrativa as revisões

Deve-se no entanto sublinhar desde já a força e a coesão manifestadas pela incontável maioria dos trabalhadores dos transportes e a solidariedade expressa ou implícita de milhares de trabalhadores em luta noutros sectores, designadamente do vidro, da indústria naval e da generalidade do sector empresarial do Estado.

Números alarmantes

Na sua intervenção proferida durante a concentração de quinta-feira em frente à sede da Assembleia da República, reclamando o pagamento dos salários em atraso foram referidos alguns números alarmantes. So o patronato ou as gestões de Setúbal e de Lisboa devem mais de dois milhões de contos aos trabalhadores. Destes o total dos que não recebem salários aproxima-se dos 100 mil em todo o País.

Entretanto mais de um milhão são vítimas do bloqueamento da contratação colectiva.

Segundo aquela intervenção os contratados a prazo são mais de 300 mil. Os desempregados 500 mil.

Responsabilizando o patronato e a política do Governo pela situação que se vive nas empresas, a intervenção dos sem salário na concentração convocada pelas Cinturas Industriais e pelas Unões de Sindicatos dos distritos de Lisboa e Setúbal chamou a atenção para a necessidade de dis-



cutir com base nos 22 pontos e no programa de acção aprovados no IV Congresso da Inter.

Esses documentos, que o Governo parece ignorar, foram considerados «uma contribuição seria e responsável para a resolução dos problemas nacionais, para fazer sair o País da crise, para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do Povo português».

Poucas horas antes dos sem salário, o largo fronteiro à Assembleia da República encheu-se com outra concentração. Desta vez eram os trabalhadores do vidro, principalmente da Marinha Grande e da Fontela, que reivindicavam mais uma vez o saneamento económico-financeiro do sector, o paga-

mento dos salários e o apoio aos postos de trabalho.

Entre as empresas com salários por pagar nos distritos de Lisboa e Setúbal foram citadas durante a concentração de quinta-feira, a Lisnave, Parry, CPP, CRN, Equimetal, Mompur, Ficol, Lundberg, ENI, Seaguard, Focopia, Alvimar, Tó-bom, Vargas Palma, Construtora Abrantina, Compar, Socorex, Cerâmica do Sul, Nutri-pol, Imperex, A.A. Ferreira, Malhas Sameiro, Sadina, Casa Capucho, Corame, Messa, Luso-Belga, Sociedade Industrial Alegria, Estação de Tratamento do Lixo, Companhia Portuguesa de Pescas, CNN, CTM, Simões & Companhia, T. Touzet, Icesa e Oliao.

A Juventude Comunista e a Universidade

• DCES reuniu-se no Porto

Decorreu recentemente na cidade do Porto uma reunião da Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da Juventude Comunista Portuguesa, em que participaram dirigentes da JCP das várias Academias e também o camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do Comité Central do PCP. Em foco estiveram temas relacionados com o balanço da actividade da Juventude Comunista no Ensino Superior, a evolução da situação estudantil na Universidade ao longo do ano lectivo e as perspectivas para o próximo ano escolar. Refira-se, a propósito, que foram definidas algumas direcções de trabalho no sentido da dinamização da organização da JCP no Superior.

Direita perde influência

Analisando a evolução da situação estudantil ao longo do ano lectivo terminado, a DCES aponta um desenvolvimento da luta estudantil com aumento dos processos de luta nas escolas, alargamento de algumas lutas ao nível da academia, reaparecimento de reuniões massivas (RGA's e AGE's) e generalização de formas mais avançadas de luta (greves, ocupações, manifestações).

A DCES concluiu ainda ter diminuído a influência da direita estudantil no movimento associativo, dando como exemplo as importantes derrotas nas eleições associativas do ISEP, Letras do Porto, AAC e Ciências de Lisboa. Outras conclusões: é ainda insuficiente o papel dinamizador da luta estudantil desempenhado pelas AE's e persistem dificuldades na organização e actividade da JCP na Universidade.

Velha política...

Sobre a constituição do Governo PS-PSD e o seu programa para a educação, a DCES considerou que não pode merecer do movimento estudantil o benefício da dúvida: com a sua composição e o seu programa vai-se limitar a prosseguir uma velha política, que tem sido massivamente contestada pelo movimento estudantil.

A DCES da JCP considerou ainda que o reaparecimento de figuras como Gonalves e Veiga Simão não pode deixar de merecer as mais sérias apreensões do movimento estudantil.

«O programa do Governo para a educação — lê-se no comunicado final da reunião — limitando-se a enunciar generalidades, não dá aos estudantes universitários nenhuma garantia de que os graves

problemas com que se debate a Universidade vão encontrar solução. Mais do que generalidades e «boas» intenções são necessárias medidas e soluções concretas».

Uma verdadeira Autonomia Universitária, a defesa e aprofundamento da gestão democrática das escolas, o reforço da política de apoio social estudantil, o reforço das verbas para a educação e a garantia de saídas profissionais dignas, são algumas das reivindicações que o movimento estudantil vem colocando e em torno das quais vai continuar a lutar.



O programa do Governo não dá aos estudantes universitários nenhuma garantia de que os graves problemas da Universidade possam vir a ser resolvidos — salienta a JCP



A Direcção Central do Ensino Superior da JCP decidiu propor à Comissão Central a convocação para o 1.º semestre de 1984 da II Conferência Nacional do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa



Uma verdadeira autonomia universitária, a defesa e aprofundamento da gestão democrática das escolas, o reforço da política de apoio social estudantil, o reforço das verbas para a educação e a garantia de saídas profissionais dignas são algumas das justas reivindicações que o movimento estudantil vem colocando e em torno das quais vai continuar a lutar

Sobre a organização da JCP na Universidade, a DCES decidiu propor à Comissão Central a convocação para o 1.º semestre de 84 da II Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP, com o objectivo de definir as propostas dos comunistas para os principais problemas da Universidade e do movimento estudantil e de eleger uma nova Di-

recção Central do Ensino Superior da JCP.

Festival de Tróia

Finalmente a DCES debruçou-se sobre outras questões do momento, nomeadamente o festival «Dêem uma oportunidade à Paz», tendo decidido apelar a todos os estudantes

ção de missões na Europa. A situação dos povos da América Central e América Latina e a solidariedade com os povos da Nicarágua, Salvador e Chile, foi outro dos aspectos abordados pela DCES.

A grande Festa dos trabalhadores e do seu Partido, a Festa do «Avante!», mereceu naturalmente a atenção dos jovens comu-

• Proposta à C. Central a realização no 1.º semestre de 1984 da II Conferência Nacional da JCP do Ensino Superior

universitários para que participem e dêem todo o seu apoio ao festival, demonstrando que os universitários estão conscientes e empenhados na luta pela paz, contra a instalação e trânsito de armas nucleares em Portugal, e contra a instala-

nistas universitários que decidiram tomar as medidas adequadas para assegurar uma digna participação da Organização do Ensino Superior da JCP na Cidade da Juventude, no Alto da Ajuda, a 9, 10 e 11 de Setembro.

«Dêem uma oportunidade à Paz» Festival em Tróia

É já no próximo dia 25 que se inicia na praia do Carvalhal o Festival juvenil «Dêem uma oportunidade à Paz», manifestação polivalente de diferentes meios de comunicação e de animação que se desenrolará no quadro dum acampamento internacional com cerca de 5 mil jovens. Até 30 de Julho, o Carvalhal será, pois, cenário dum grande festival a favor da Paz mundial envolvendo milhares de jovens num conjunto diversificado de iniciativas — o debate, a exposição, o desporto, a música, as artes plásticas, os meios audiovisuais, a confraternização!

Partindo dum manifesto assinado em fins de Março último por cerca de 250 jovens ligados ao cinema, teatro, música, artes plásticas, jornalismo, desporto e associações juvenis, numa ampla expressão de unidade e convergência de diversas sensibilidades, a ideia do Festival ganhou rapidamente impacto e apoios dos mais variados sectores de opinião, nomeadamente por parte de associações juvenis de carácter político (caso da JCP), cultural, recreativo e desportivo e também das Associações de Estudantes do Secundário e da Universidade, autarquias, sindicatos, etc.

É nesse contexto que têm sido divulgadas numerosas posições de apoio ao Festival, como foram os casos, por exemplo, das 15 comissões constituídas na área do Porto, onde foram recolhidas mais de três mil assinaturas de apoio ao Festival e realizadas numerosas bancas, sessões, espetáculos e provas desportivas; ou o caso da iniciativa cultural com mais de 400 pessoas, em Tortosendo; ou ainda o apelo assinado pelo Conselho de Trabalhadores das Zonas Oriental e Ocidental de Lisboa, Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa, Sindicato dos Médicos, Junta de Freguesia de Marvila, Academia de S. Amaro e Associação de estudantes da Escola Secundária Ferreira Borges. Isto, repetimos, são apenas exemplos, que um pouco por todo o país têm assumido expressão de viva solidariedade e apoio aos ideais do Festival de Tróia.

Já em fase de implementação local, para concretização das estruturas necessárias ao acampamento internacional — abastecimento de água, palco, zona de repouso, auditórios, exposições, serviços de recepção, primeiros socorros, etc. — o Festival «Dêem uma oportunidade à Paz» incluirá, além do acampamento e das múltiplas iniciativas que aí se enquadram, um grande espectáculo de encerramento no Estádio do Bonfim, na cidade de Setúbal, com a participação de artistas de renome.

Para participar no acampamento há que adquirir o CP — cartão de participante (pagável em duas prestações), que além de dar acesso a todas as iniciativas do Festival (incluindo o espectáculo do Bonfim) dá direito a um saco diário de alimentos (sandes reforçadas e variadas, batata frita, fruta, leite, água, etc.), ingresso que custa duas mil «pombas» e que está à venda nos seguintes locais:

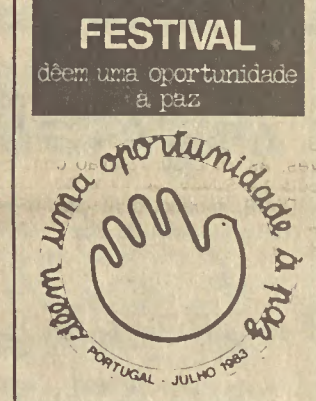
Porto — Cine-Clube do Porto; Coimbra — Associação Académica e Cooperativa Clepsidra; Lisboa — Sede do Festival (Rua D. João V, 26, 3.º-Dt.º, telefone: 65 17 52) e Associação de Estudantes da Faculdade de Letras; Beja — Sede da União dos Sindicatos (departamento de Juventude); Setúbal — gabinete técnico do Festival (R. Cláudio Lagrange, 8, 1.º, esquerdo).

A 16 de Julho vai realizar-se um Festival na Covilhã, no jardim público, de divulgação ao Festival de Tróia.

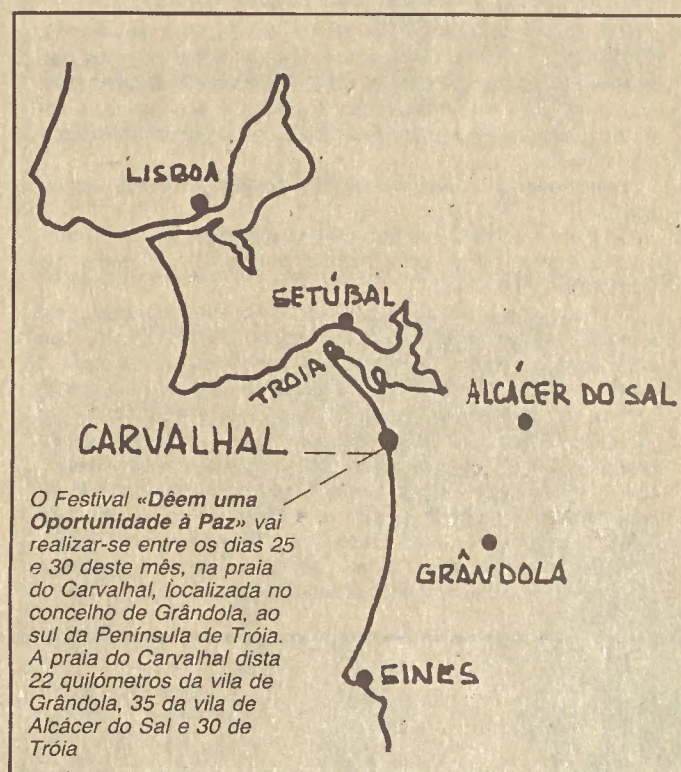
Para tal a organização solicitará a todas as entidades colectivas e individuais que participem da forma possível nesta importante iniciativa pela Paz, a realizar na Covilhã.

O sectarismo da JS

A Comissão Executiva da Juventude Comunista Portuguesa, em nota datada do 1 de Julho, referiu-se desta maneira à posição sectária tomada pela Juventude Socialista face à realização do Festival de Tróia: 1. Divulgou a Juventude So-



Paralisado este processo, cerca de 250 jovens ligados a associações juvenis e a diferentes tendências políticas, ao cinema, teatro, música, jornalismo, desporto e artes plásticas, tomaram nas suas mãos a realização de uma iniciativa



O Festival «Dêem uma oportunidade à Paz» vai realizar-se entre os dias 25 e 30 deste mês, na praia do Carvalhal, localizada no concelho de Grândola, ao sul da Península de Tróia. A praia do Carvalhal dista 22 quilómetros da vila de Grândola, 35 da vila de Alcácer do Sal e 30 de Tróia

pela Paz, em novas bases — o Festival «Dêem uma Oportunidade à Paz».

A JCP, bem como a organização internacional de que é membro — a FMJD, manifestou desde o início a sua adesão ao Festival e apoio aos objectivos expressos no seu manifesto — pelo desarmamento global, simultâneo e controlado, contra a instalação de novas armas nucleares e a progressiva desactivação e anulação mútua de todo o arsenal nuclear na Europa, pela proibição, no nosso país, da instalação, estacionamento e trânsito de armamento nuclear.

Militantes da JCP participam juntamente com muitos outros jovens, incluindo socialistas, nas tarefas de preparação do festival, num espírito de unidade e de grande entusiasmo.

3. A JCP, ao mesmo tempo que reafirma o seu apoio ao Festival manifesta o seu repúdio pela posição sectária expressa pela JS e expressa a sua confiança em que o Festival constituirá uma valiosa manifestação da juventude portuguesa em defesa da Paz, que não será afectada pelas tentativas de desvirtuamento ou de desmobilização dos seus objectivos.

Internacional

Pacto de Varsóvia reforço da paz NATO

mais dinheiro para armas

«A corrida aos armamentos adquire proporções inauditas. Os Estados Unidos e alguns dos seus aliados já nem sequer acham necessário esconder que os seus actos visam alcançar a superioridade militar. Prosseguem os trabalhos de preparação de bases para instalar, em alguns países da Europa Ocidental membros da NATO, novos mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance. Estão a ser concretizados os programas de fabrico e de instalação de novos meios nucleares estratégicos de estacionamento terrestre, marítimo e aéreo. Assiste-se à elaboração de sistemas de guerra cósmica com o objectivo de vibrar golpes em alvos localizados, tanto no cosmos, como na Terra. Estão a ser criados sistemas de armamentos convencionais fundamentalmente novos, que se aproximam, pelas suas características de combate, das armas de extermínio em massa. Aumentam em flecha as despesas militares, cujo pesado fardo é suportado pelos povos».

Esta uma síntese da escalada armamentista em curso neste momento. Síntese inserida na Declaração conjunta aprovada pelos Estados membros do Pacto de Varsóvia, em 29 de Junho, portanto há apenas alguns dias, e que os factos quotidianos bem confirmam.

Nesta situação, a comunidade socialista, e no caso concreto os países do Pacto de Varsóvia, reafirmam a sua vontade de Paz, reafirmam as múltiplas propostas já avançadas nesse sentido, especificam outras formas possíveis de se atingir o objectivo central do desanuviamento no plano militar.

Basta citar, como factos mais recentes, a iniciativa do Soviète Supremo da URSS, no sentido do congelamento, quantitativo e qualitativo, de todos os armamentos nucleares, por todos os Estados que actualmente o possuem, a começar pela União Soviética e os Estados Unidos. As novas pro-

postas apresentadas pela Checoslováquia para redução mútua das forças armadas e armamentos na Europa Central. A disposição enunciada em Madrid, por parte da delegação soviética, de negociar no âmbito da proposta espanhola, com o objectivo de desbloquear os trabalhos da Conferência.

Na recente reunião do Pacto de Varsóvia, os participantes apontaram, como indispensável: «congelar imediatamente os arsenais nucleares de todas as potências que os possuem e, em primeiro lugar, da União Soviética e dos Estados Unidos; que cada uma das potências nucleares, que ainda não o fez, se comprometa a não ser a primeira a fazer uso de armas nucleares». Propõem simultaneamente o não aumento das despesas militares, a partir de 1 de Janeiro de 1984, com vista a uma subsequente redução, um acordo de não emprego mútuo da força, a criação de zonas desnuclearizadas, a con-

vocação de uma conferência, na sequência do Encontro de Madrid, onde sejam adoptadas medidas de reforço da confiança, da segurança e do desarmamento na Europa.

Os factos entretanto indicam que por parte do mundo capitalista não há nenhum sintoma de alteração de uma política ostensivamente agressiva, virada para a ilusória — mas perigosíssima — pretensão de obter uma superioridade ao nível dos armamentos, face à comunidade socialista.

Assim, e enquanto no Encontro dos países do Pacto de Varsóvia se renovavam propostas de Paz, a Comissão para as Forças Armadas do Senado norte-americano aprovava um orçamento militar de quase duzentos milhões de dólares, correspondendo praticamente a todas as pretensões da administração Reagan. No mesmo dia o governo da RFA aprovava, no orçamento geral de Estado para 1984, um aumento de 2,3 por cento em relação a 83, no que respeita às verbas destinadas a Defesa. Na Holanda, o governo tornou pública a decisão favorável à instalação de 48 Cruise em território nacional.

Neste contexto, assume particular gravidade a posição que vem a ser assumida pelo governo francês em matéria de política externa: invocando o seu carácter «independente», vai acumulando novos mísseis, declara-se em condições de iniciar o fabrico da bomba de neutrões, reforça o potencial da sua força de intervenção.

Naturalmente que a realidade internacional está longe de ser linear. Temos o movimento

de massas pela Paz — cuja grandeza se reflectiu bem na recente Assembleia de Praga — que se prepara para grandes acções em Outubro.

O significativo retrocesso eleitoral da democracia cristã em Itália, que simultaneamente reflecte o repúdio popular da política que tem vindo a ser prosseguida por sucessivos governos e dá ao Partido Comunista italiano uma maior importância na cena política nacional (o segundo maior partido, com uma escassa margem de diferença da democracia cristã) — levou Washington a uma imediata manifestação de «confiança» de que na Itália tudo continuaria na mesma...

A visita de Kohl, chanceler da RFA, à União Soviética, é bem reflexo destas contradições. O governo da RFA defende a política do Pentágono e da Casa Branca. Desenterra mesmo a «questão alemã». Mas simultaneamente vai a Moscovo, para conversações com os dirigentes soviéticos. Um facto que não se poderá isolar do próprio movimento de massas pela Paz na RFA, dos reflexos que as propostas soviéticas forçosamente têm nesse movimento.

Na declaração dos países membros do Pacto de Varsóvia, os participantes no Encontro declararam-se «firmemente convictos de que não existem problemas mundiais, inclusive o confronto histórico entre o socialismo e o capitalismo, que possam ser resolvidos por via militar». Uma posição que é imprescindível se imponha como regra das próprias relações internacionais.

e políticas diferentes. Representamos 1843 organizações nacionais, sindicatos, movimentos da paz, de mulheres, da juventude e de estudantes, partidos políticos e igrejas, e 108 organizações internacionais não-governamentais. Participaram igualmente na Assembleia representantes de 11 organizações internacionais governamentais.

Nós declaramos:

A preparação da guerra nuclear é o maior dos crimes contra a Humanidade. Mas a guerra não é inevitável. Ainda não é demasiado tarde para impedir o holocausto nuclear. A salvação está nas mãos de todos nós, de cada homem e de cada mulher que, com firme resolução, lutam lado a lado pela Paz.

O movimento de massas pela paz é uma força poderosa, um factor determinante da situação internacional, capaz de influenciar na prática a política dos governos a favor da paz.

A força deste amplo, e diversificado movimento da paz está na sua capacidade de agir em conjunto. Por mais diferentes que sejam as nossas posições quanto a outros problemas, estamos profundamente convencidos de que nada nos deve dividir perante o nosso objectivo comum — salvaguardar a paz e a vida, impedir a guerra nuclear.

Apelamos a todos os povos:

Não deixemos que o ano de 1983 se torne em mais um, degrau, mortalmente perigoso, da escalada da corrida aos armamentos, de um maior agravamento da confrontação!

Concentremos os nossos esforços para que os povos do Mundo vejam satisfeitas as suas mais prementes exigências: Não aos novos mísseis na Europa!

Sim a negociações autênticas sobre a redução de todos os tipos de armas nucleares na Europa!

Congelamento imediato de todos os arsenais nucleares! Não às armas nucleares no Ocidente ou no Leste, em todo o Mundo!

Fim à corrida aos armamentos, nucleares ou convencionais! Sim às zonas livres de armas nucleares!

Pelo desarmamento geral e completo!

Negociações políticas de Paz e não confrontação militar!

Todos os recursos do Mundo ao serviço da Paz e da Vida!

Paz, liberdade, independência e prosperidade para todas as nações!

Ler reportagem no Suplemento



Reagan afirma que a «segurança dos Estados Unidos está em jogo na América Central» enquanto os seus aviões atacam abertamente o povo salvadoreño

AMÉRICA CENTRAL

Às propostas de paz Reagan responde com a guerra

A administração Reagan e o Pentágono mantêm uma guerra injusta e ilegal contra o povo da América Central e comportam-se exactamente como o fizeram as administrações Kennedy e Johnson a propósito do Vietnam — a afirmação é de Tom de Soto, ex-combatente do Vietnam e um dos promotores da manifestação de protesto contra a «Guerra americana na América Central e nas Caraíbas» que no passado sábado mobilizou em Washington milhares de pessoas.

Falando junto ao monumento aos mortos na guerra do Vietnam, onde os manifestantes se concentraram antes de seguir para a Casa Branca, Tom de Soto salientou que «não queremos que seja construído um monumento deste género dentro de 10 ou 15 anos» pelo que se torna necessário, como diria por seu turno o antigo ministro da Justiça, Ramsey Clark, multiplicar as iniciativas que obriquem «o governo dos Estados Unidos a deixar de conceder o seu apoio a regimes totalitários e de extrema-direita na América Central».

Uma necessidade que se torna cada vez mais premente como as sucessivas intervenções de Reagan demonstram. Ainda na passada quinta-feira, discursando num jantar do Partido Republicano em Long Beach, na Califórnia, o presidente norte-americano defendeu que «os Estados Unidos devem pagar agora um preço modesto na América Central» ou «escutar os partidários da inacção e correr o risco de uma explosão de violência que originará um perigo real até às nossas próprias fronteiras».

Agitando o velho papão do comunismo e insistindo na apresentação dos pequenos e subdesenvolvidos países da América Central como a grande ameaça à maior potência imperialista, Reagan voltou a procurar fazer crer que «a razão pela qual a América Central é tão importante é a da segurança dos Estados Unidos e a dos cidadãos americanos».

O direito de cada país à in-

dependência e soberania nacional só têm sentido para o presidente dos EUA quando favorecem os interesses dos Estados Unidos. E ao mesmo tempo que afirma aos seus partidários que «não devemos permitir aos ditadores que enfiem o comunismo à força pela garganta de pessoas inocentes», arroga-se o direito de utilizar a força para tentar impor ditaduras fascistas que os povos repudiam.

Recusando-se a reconhecer — não por ignorância mas por conveniência — que os conflitos na América Latina têm as suas raízes na história do subcontinente, nas profundas injustiças sociais, na sistemática opressão e exploração dos povos, Reagan, embora não acrescentando nada de novo ao seu discurso, está nitidamente empenhado numa cruzada de pressão sobre a opinião pública norte-americana destinada a conquistar o apoio para a sua política de guerra.

Uma política que a crescente influência dos movimentos pela paz ameaça fazer ruir. Uma política que deixa cada vez mais a nu a falsidade das declarações norte-americanas sobre o seu empenhamento na defesa da paz e da democracia.

Cinco pontos para o diálogo

É interessante fazer o paralelo entre os sucessivos discursos de Reagan sobre a América Central e as propostas de diálogo avançadas pelas forças revolucionárias nos diferentes

países. Tome-se o exemplo de El Salvador.

O mês passado as Frentes Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador reafirmaram o desejo de levar a cabo uma política de diálogo e negociação com o objectivo do pôr fim à situação de guerra que se vive no país. Cinco pontos servem de base à proposta:

Em primeiro lugar, define-se como objectivo central a recuperação da soberania nacional e a busca de uma solução justa que não só ponha termo à guerra como garanta a todos os salvadoreños uma sociedade independente, democrática e justa, bem como a coexistência pacífica entre os povos centro-americanos.

O segundo ponto sublinha que aquele objectivo poderá ser alcançado através de um diálogo directo e sem condições prévias entre as partes em conflito, em que se discutam globalmente os problemas e em que participem todos os sectores interessados na paz e na justiça.

O terceiro ponto considera como partes directamente envolvidas no conflito, por um lado os governos de El Salvador e dos Estados Unidos e por outro lado a FMLN e a FDR, pois embora as raízes do conflito sejam internas o crescente papel intervencionista da administração Reagan tornou já evidente que não haverá paz, nem justiça, nem independência em El Salvador enquanto aquela administração prosseguir a sua política militarista e de ingerência.

Para uma solução política, refere o quarto ponto, a aliança das forças democráticas e revolucionárias representadas pela FMLN e FDR é parte indispensável e indivisível, pelo que quaisquer tentativas de solução da crise salvadoreña à margem da unidade das duas Frentes são não só inviáveis como serão combatidas pela

FMLN e FDR como manobras divisionistas.

Finalmente, o quinto ponto para a base de uma solução política considera necessário ao diálogo a participação de terceiros que actuem como mediadores e testemunhas, pelo que se considera conveniente que o diálogo se desenvolva num lugar em que as partes em conflito se possam encontrar num clima de segurança e de confiança.

Estas cinco premissas para uma tentativa séria de resolução pacífica da situação que se vive em El Salvador não foram aceites nem pelo governo de Álvaro Magaña nem pelo de Ronald Reagan. A par de algumas iniciativas divisionistas levadas a cabo por uma chamada Comissão de Paz nomeada por Magaña, cuja representatividade e poderes se desconhecem e da decisão de antecipar as eleições presidenciais para o fim do ano «como se num país em estado de guerra como El Salvador se pudessem realizar eleições livres!», a verdadeira resposta à proposta de diálogo foi dada no pedido de Magaña a Reagan de mais apoio militar e económico e nas afirmações de Reagan da «necessidade» de defender a «segurança dos Estados Unidos».

Uma resposta muito clara e cujos perigos não podem ser ignorados. A regionalização dos conflitos na América Central são uma ameaça à paz mundial. A solidariedade para com os povos em luta nesta região em prol de uma solução pacífica e justa é pois um dever de todos os Estados, da comunidade internacional.

Que dúvidas podem subsistir quanto à justeza e necessidade de uma tal solidariedade? Basta apenas comparar as declarações e a prática de cada uma das forças em presença nos conflitos da América Central para concluir quem pugna pela guerra e quem pretende a paz.



provocaram. Nela se salienta que malgrado alguns sinais de relançamento económico nos países industrializados se «está longe de ter a certeza de que esteja em vista um relançamento duradouro e apoiado».

Aquele documento alerta ainda que um eventual relançamento «não bastará só por si e poderá mesmo falhar», no caso de «as medidas de reajustamento económico nesses países não visarem ao mesmo tempo revitalizar a economia mundial e reactivar o processo de desenvolvimento no mundo em desenvolvimento».

Uma lição pode no entanto ser tirada desta cimeira: é que não obstante a inegável dependência económica hoje existente a nível mundial cada país terá de saber preservar a sua própria independência e procurar o melhor caminho para a resolução dos seus problemas.

A «ajuda» dos países ricos, das potências imperialistas, nunca é desinteressada; e em caso de crise, como no momento actual, só pensam na própria sobrevivência sem olhar para os que possam ficar pelo caminho.

OLP a batalha da unidade

A luta de libertação, as batalhas que se travam pela conquista dos direitos dos povos, não são processos lineares. E embora os factores aglutinadores sejam fortes, porque impostos por objectivos comuns a todo um povo, as contradições existem, os problemas internos dentro dos movimentos populares são uma realidade — aliás problemas até inerentes à própria amplitude desses movimentos.

Esta realidade quotidiana, comum a muitas situações nacionais e regionais, e de que neste momento é exemplo o que se está a passar no seio da OLP, mais concretamente dentro da maior força dentro desta organização, a Fatah, e no seio do próprio movimento progressista árabe, no que respeita às relações entre a Síria e a OLP.

A verdade, entretanto, é que dificuldades sérias dentro de

movimentos profundamente representativos dos interesses de um povo, como é o caso da OLP, têm de uma forma geral reflexos negativos na envergadura da luta popular. Pelo que a batalha pela unidade assume então uma importância por vezes determinante.

Isso mesmo foi múltiplas vezes destacado neste período difícil para a OLP.

Na Assembleia de Praga, no diálogo realizado sobre o perigo de guerra e os problemas do Médio Oriente, Ásia, África e América Latina, foi particularmente salientada «a importância vital da unidade de todas as forças árabes, libertadoras, patrióticas e democráticas, em especial a unidade de acção das forças da OLP, Síria e Líbano».

Também no comunicado comum assinado pelo Partido Comunista Libanês e o Partido Comunista da União Soviética

(PCUS) se sublinha «o especial significado», em particular no momento actual, da «coesão de todas as forças patrióticas dos países árabes e a unidade do movimento de resistência palestino».

É nesse sentido da unidade que vários esforços estão a ser desenvolvidos neste momento. A Comissão especial do Comité Executivo da OLP, encarregada de tentar superar os problemas surgidos, encetou a sua acção nesse sentido, em Damasco. Várias organizações da resistência palestina se pronunciaram pelo diálogo para resolver os problemas pendentes. Dirigentes da OLP, nomeadamente Yasser Arafat e Georges Habache (Frente Popular de Libertação da Palestina), defenderam publicamente a importância da frente única entre sírios e palestinos para fazer face à política de Tel-Aviv e de Washington. A manifesta-

ção de regozijo dos habitantes do campo de refugiados palestinos de Wavel, quando do estabelecimento do cessar-fogo, em Baalbeck, entre combatentes da Fatah, testemunha da vontade popular de que seja preservada a unidade no seio da OLP e das várias organizações que a compõem.

Na última Cimeira dos Não-Alinhados, realizada em Deli, de 7 a 12 de Março, foi uma vez mais destacado que «a questão da Palestina está na base da problemática do Médio Oriente e é a causa fundamental do conflito israelo-árabe» e ainda que «a Organização de Libertação da Palestina (OLP) é o único representante legítimo do povo palestino».

Factos que nos dão bem a medida da importância da superação de dificuldades entre forças progressistas árabes e no seio da OLP. Para o povo palestino. Para que a Paz seja possível no Médio Oriente.

A VI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) que de 6 de Junho a 3 de Julho decorreu em Belgrado foi assinalada pelo bloqueio dos países capitalistas liderados pelos Estados Unidos às propostas dos países em vias de desenvolvimento e pelo isolamento dos Estados Unidos que se dissociaram da declaração política final.

A recusa dos países capitalistas em aceitarem a proposta aprovada em Abril passado em Buenos Aires pelo «Grupo dos 77», ou seja, os representantes dos países africanos, asiáticos e latino-americanos em vias de desenvolvimento, revela claramente a influência norte-americana, cuja política económica a nível internacional aponta para uma «liberalização» crescente do comércio.

Enquanto a proposta do «Grupo dos 77» visava a reavaliação e transformação da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, que ascende a 625 bilhões de dólares; o incremento de uma nova política cambial e a tomada de medidas que atenuem a deterioração das condições de tro-

ca para os países em vias de desenvolvimento, os países capitalistas mantiveram a posição intransigente de remeter aquelas questões para «um reforço da acção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial», que deverão continuar a prestar uma «assistência técnica» àqueles países de modo a dar-lhes «maior aptidão para gerirem a dívida».

A situação económica particularmente grave dos 125 países em vias de desenvolvimento, sobre quem o imperialismo pretende fazer cair o peso da sua própria crise, pode no entanto gerar um efeito contrário de tal modo se encontram interdependentes. Recorde-se que os países em vias de desenvolvimento no seu conjunto constituem um parceiro importante na economia mundial: representam hoje 18 por cento da produção mundial, contra 12 por cento em 1970; constituem um mercado essencial para os países ocidentais, já que absorvem 37 por cento das exportações dos Estados Unidos, 40 por cento do comércio externo da CEE e 44 por cento do comércio do Japão.

Como referiu o porta-voz dos «parceiros pobres», Said Osman, da Somália, ao fazerem fracassar a Cimeira os «países ricos» perderam «uma ocasião histórica de contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento e o relançamento económico mundial». Resta saber que consequências daí advirão para os próprios países capitalistas.

Apesar do desacordo que presidiu aos trabalhos da CNUCED, o fracasso total foi evitado com um prolongamento de dois dias em que os três mil delegados dos 160 países elaboraram uma declaração final sobre a situação económica mundial e diversas resoluções sobre o comércio internacional, matérias-primas e questões financeiras e monetárias.

A declaração final, de que os Estados Unidos se dissociaram por a considerarem «demasiado negativa, demasiado parcial e em alguns casos demasiado ideológica para ser aceite», reflecte bem as dificuldades com que a cimeira se debateu, e que eles próprios